

Edição 01 – Agosto de 2018

INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Entrevista

Ministro Jungmann dispara ao falar de intervenção, integração e ciclo completo das polícias

Ciclo Completo

Na contramão dos sistemas modernos, Brasil mantém as “meias polícias”

Empoderamento

Pela primeira vez, o Paraná é comandado por uma mulher

Bombeiros

Acidentes, partos, queimadas, heróis em todas as situações



OPERAÇÃO TIRADENTES II

157.337
de efetivo empregado

57.049
viaturas empregadas

1.179
incêndios combatidos

1.362
salvamentos

6.900
vitorias

48
perícias

2.483
ações educativas

4.674
atendimentos pré-hospitalar

902
veículos recuperados

350.711
abordagens

4.981
prisões

532
armas de fogo apreendidas

92.000
atendimentos à população

5.311
quilos de drogas apreendidas

A maior operação das forças
militares estaduais

* Realizada no dia 11 de maio, a operação mobilizou as polícias e bombeiros militares das 27 unidades da Federação.

SUMÁRIO



Foto: Valtter Campanato/Agência Brasil

06

Entrevista

"A integração das polícias é fator decisivo no combate ao crime"

Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, defende a integração das polícias, avalia a operação de intervenção no Rio de Janeiro e propõe recursos carimbados para a segurança pública.

Por Bruna de Castro

12

Coluna

CNCG de olho no parlamento

Assessoria Parlamentar da PMDF acompanha os projetos de interesse das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares no Congresso Nacional.

Por Coronel Maurício Rezende Gouveia

Foto: Divulgação Facebook PMSC



14

Polícia administrativa atua na prevenção para inibir as ocorrências

Sistema gera agilidade, eficiência e maior comodidade para população.

Por Joana Wightman

17

Especial

Ciclo completo de polícia: a alternativa para o modelo atual



Foto: iStock by Getty Images

21

Legislação

Novo conceito de crime militar

Lei 13.491 atualiza e amplia condutas a serem julgadas pela Justiça Militar.

Por Maryna Oliveira

37

Foto: Marcelo Elias



Perfil

"Minha mãe criou filhos homens e mulheres como iguais"

Comandante Geral da PMPR Audilene Rocha abre o jogo com a CNCG em Revista.

Por Bianca Smolarek

26

Foto: André Borges/Agência Brasília



Bombeiros

Bombeiros, uma corporação para todas as situações

Em pequenas ou grandes operações, eles são fundamentais na manutenção da paz social.

Por Thiago Soares

Matéria da capa

PM se reestrutura para combater o crime na capital carioca

31



Foto: Divulgação PMERJ

Com a Intervenção, a PMERJ acelera processos para recompor efetivo das tropas e aumentar a produtividade.

Por Carlos Carone

50

Coluna Nossa História A constituição dos corpos militares no Brasil

A nossa história, dos Dragões Del Rey à Constituição de 1988.

Por Capitão Francis Albert Cotta



Foto: Acervo do autor

Tecnologia a favor da segurança pública

Por Thiago Soares

Página 40

Ansiedade e depressão podem levar ao afastamento de militares

Por Paloma Batista

Página 46

Segurança & Cidadania, a pauta da sociedade na TV

Por Bruna de Castro

Página 49

54

Coluna Diversão

Arte, Cultura & Lazer

Dicas de filmes e livro para as suas horas de folga.

Por Major Luiz Fernando Ramos Aguiar

Editorial



O Brasil passa por um grave problema em seu sistema de segurança pública o que levou à morte de mais de 60 mil pessoas, em 2016. Atento a isso, e em conjunto com o trabalho de integração que envolve todos os Estados, o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares lança a primeira edição da nossa revista com foco na segurança pública.

Nas páginas seguintes apresentaremos informações a respeito das polícias militares e corpos de bombeiros, além de discussões e participações de especialistas que convergem para um pensamento único: a necessidade de alteração da estrutura do atual sistema.

O país com a maior taxa absoluta de homicídios do mundo e que elucida apenas uma pequena parte dos crimes, necessita, urgentemente, buscar novos caminhos, alinhando-se ao modelo de polícias de ciclo completo, utilizado em todo o mundo, em que a atividade policial engloba o policiamento ostensivo e, ao mesmo tempo, a elucidação dos delitos, potencializando os recursos humanos e a presença policial em um país de grande dimensão territorial. No Brasil, já temos uma experiência bem sucedida disso, que é a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) pelas polícias militares, o embrião do Ciclo Completo.

Nos Estados em que as polícias militares lavram o TCO, a produtividade, a eficiência e a qualidade do atendimento à população aumentaram substancialmente, beneficiando mais de 80 milhões de pessoas, diminuindo a subnotificação de vários tipos de infrações penais. Além disso, a edição oferece ao leitor uma coletânea de bons artigos e de grande relevância, manejados por profissionais que alinham o conhecimento à praxis profissional. Portanto, caros leitores, aproveitem a leitura e utilizem o presente trabalho como fonte de pesquisa e informação dos temas relacionados à segurança pública.

Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira
Comandante-Geral da PMDF
Presidente do CNCG

CNCG em Revista

Diretor
Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira

Conselho Editorial
Coronel Maurício Rezende Gouveia
Major Luiz Fernando Ramos Aguiar

Editora-Chefe
Bruna de Castro

Designers Gráficos
Marcus Vasconcelos Lucena
Victor Gomes de Lima

Repórteres
Bianca Smolarek
Bruna de Castro
Carlos Carone
Joana Wightman
Maryna Oliveira
Paloma Batista
Thiago Soares

Revisão
Bruna de Castro

Tiragem
2 mil exemplares

Impressão
Gráfica Ipiranga

Sugestões de pautas, críticas e informações
canalcncg@gmail.com

Comercial CNCG em Revista
(61) 3963-3131

Foto de Capa
Pedro Pantoja - PMERJ

Expediente

CONSELHO DELIBERATIVO

Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira
Comandante-Geral da PMDF
Presidente do CNCG

Coronel Francisco Luiz Telles De Macedo
CBMBA
1º Vice-Presidente

Coronel Euller Assis Chaves
PMPB
2º Vice-Presidente

Coronel Hilton Celson Benigno De Souza
PMPA
Diretor Regional Norte

Coronel Anselmo Alves Brandão
PMBA
Diretor Regional Nordeste

Coronel Sílvio Vasconcelos Nunes
PMGO
Diretor Regional Centro-Oeste

Coronel Helbert Figueiró De Lourdes
PMMG
Diretor Regional Sudeste

Coronel Carlos Alberto De Araújo Gomes Júnior
PMSC
Diretor Regional Sul

A publicação **CNCG em Revista** é um periódico do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG).

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.



CNCG

CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES

O CNCG é um colegiado composto por todos os Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, instituído em 12 de fevereiro de 1993.

Missão

Fortalecimento e articulação dos Sistemas de Segurança Pública, Defesa Social e Defesa Civil.

Visão

Ser referência nacional nas questões afetas à Segurança Pública, Defesa Social e Defesa Civil.

www.cncg.org.br

canalcncg@gmail.com

[cncgpmcbm](https://www.facebook.com/cncgpmcbm)

(61) 3963-3131



Fotos: Walter Campanato/Agência Brasil

JUNGMANN DEFENDE INTEGRAÇÃO DAS POLÍCIAS

Ministro Extraordinário da Segurança Pública - Raul Jungmann

Por Bruna de Castro

Defensor de um novo modelo de segurança pública para o Brasil, construído a partir de um maior protagonismo da União e da integração das informações das forças policiais, o Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann (PPS), pernambucano, de 65 anos, não é de fugir do combate.

Dono de uma vasta carreira, iniciada na luta contra a ditadura militar, foi secretário de Estado, deputado federal, presidente de estatais, vereador e ministro. Defendeu a reforma agrária, a implantação de políticas afirmativas e atuou no acirrado Referendo de 2005, na Frente Brasil Sem Armas.

Em fevereiro deste ano, com a escalada da violência no Rio de Janeiro, deixou o Ministério da Defesa e assumiu como Ministro da Segurança Pública, tendo nas mãos a missão de coordenar a intervenção federal, combater duramente o crime organizado instalado no Estado e, sobretudo, abrir um diálogo de aproximação e cooperação das Forças Armadas com as outras forças policiais.

Dias depois da posse, causou alvoroço ao declarar que “a arquitetura do sistema de segurança desenhado pela Constituição de 88 estava falida”. Para ele, políti-

cas de segurança pública não podem ficar relegadas aos estados e municípios. A União precisa ter mais protagonismo, defende em entrevista à **CNCG em Revista**.

CNCG em Revista – Qual a sua avaliação sobre a proposta de integração das polícias, a partir da aprovação do Susp?

Positiva. O Susp é, até aqui, o mais importante avanço legislativo na segurança pública, desde a Constituinte de 88, capaz de abreviar o longo caminho que ainda temos para resgatar o passivo do País com o direito constitucional do cidadão à segurança. O Susp prevê integrar

a atuação dos órgãos de segurança pública de todas as 27 unidades federativas, além de unificar dados e inteligência do setor. O sistema será composto pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Força Nacional de Segurança Pública.

Mas qual a diferença do SUSP para outras políticas lançadas pelo governo federal?

A diferença do Susp em relação às demais ações de segurança pública já realizadas no país é que será um documento com previsão legal dos órgãos participantes e com recursos carimbados. Ou seja, haverá governança para que se chegue a uma efetiva política nacional de segurança pública.

Após a sanção presidencial, ocorrida em junho, qual a expectativa?

A implantação do Susp não será da noite para o dia, mas com a sanção eu já começo a constituir os conselhos. Um conselho vai integrar União, estados, municípios, vai reunir todo mundo. Reúne também as polícias. Aí tem outro que vai estabelecer padrões, metas etc. Nós temos que agir logo para torná-lo realidade o mais rápido possível. O projeto

que criou o Susp prevê que instituições de segurança federais, estaduais e municipais atuem em operações combinadas e compartilhem dados. Em cada região do país, será instalado um centro integrado de inteligência regional, cujas informações serão centralizadas em uma unidade nacional em Brasília.

O atual modelo de polícias separadas é ultrapassado ou ainda pode ser aperfeiçoado?

O trabalho integrado das polícias é, sem sombra de dúvida, um fator importante – eu diria mesmo, decisivo – para o combate ao crime organizado. Recentemente, tivemos exemplos de operações integradas exemplares. A Operação Tiradentes II, realizada no dia 11 de maio, produziu resultados indiscutíveis sob qualquer ângulo que se olhe. A operação mobilizou 157.337 policiais e bombeiros militares, empregando mais de 57.049 viaturas, fazendo desta a maior operação de segurança pública já realizada no mundo. O trabalho coordenado entre as corporações produziu mais de 350 mil abordagens, resultando em 4.981 prisões. Além dos 1.362 salvamentos e 1.179 incêndios combatidos em todo o país. São números inquestionáveis.



“NÃO É POSSÍVEL UMA POLÍTICA PÚBLICA SEM RECURSOS, O QUE EXPLICA O FRACASSO DE TANTOS PLANOS NACIONAIS JÁ FEITOS PARA O SETOR.”

Há outras operações integradas em andamento, ministro?

Há dias, a Secretaria Nacional de Segurança Pública orientou e coordenou uma operação integrada nacional de combate à pedofilia que cumpriu mais de 500 mandados de segurança em todo o país e fez mais de 250 prisões em flagrante de exploradores de pornografia infantil. A Polícia Federal também tem operado nessa área e, entre 2014 e 2017, fez mais de duas mil investigações concluindo 60% delas e hoje trabalha em sintonia com a Interpol nesse campo obtendo dados compartilháveis.



**Qual avaliação e o balanço da operação de intervenção federal no Rio de Janeiro?**

Eu vejo a intervenção no Rio de Janeiro em três tempos: o primeiro, em curso, que trabalha a emergência da situação. Nesse sentido, nos primeiros 90 dias, cumpriu parte do que talvez seja o passo mais urgente e decisivo para o êxito de todo o processo: a despolitização das nomeações na estrutura de segurança do Estado. Houve a troca de comando da Polícia Militar, da Polícia Civil com os efeitos daí decorrentes. Com o domínio de territórios, em uma escala de 850 comunidades, o crime organizado sob diversas formas de atuação, elege seus aliados para o Parlamento e, estes, uma vez eleitos, têm a prerrogativa de indicação política para cargos no Estado, o que incluía a segurança. Isso acabou. As hierarquias militar e política não convivem. A segunda destrói a primeira e, no Rio, isso é uma construção de décadas.

E qual seria o segundo tempo?

Em um segundo momento, essas ações iniciais produzirão resultados permitindo ações integradas das Forças Armadas e das Polícias Militar e Civil, já descontaminadas de vazamentos e de brechas na estrutura. Isso já vem ocorrendo desde que se procederam mudanças de comandos e os índices de violência começam a baixar, ainda que em movimentos pequenos, mas todos eles descendentes. A exceção é o número de tiroteios, o que se explica pela reação do crime que aumenta os confrontos. Mas esse índice também vai cair.

A população carioca se mostrou receptiva à intervenção, mas tem sofrido muito com os tiroteios...

Esse é o que considero o terceiro momento, a etapa da mobilização da sociedade para que os resultados positivos se consolidem e possam levar a um cenário de reversão. Lembro que casos similares, como os de Bogotá, Medellín e Ciudad Juarez, levaram, respec-

tivamente nove, oito e cinco anos para essa reversão. Estamos no caminho certo e o Ministério da Segurança Pública complementa essa ação ao construir uma política pública de segurança que represente o retorno da União a esse campo da segurança pública, de onde foi excluída na Constituição de 88.

“O CRIME ORGANIZADO SOB DIVERSAS FORMAS DE ATUAÇÃO, ELEGE SEUS ALIADOS PARA O PARLAMENTO E, ESTES, UMA VEZ ELEITOS, TÊM A PRERROGATIVA DE INDICAÇÃO POLÍTICA PARA CARGOS NO ESTADO, O QUE INCLUÍA A SEGURANÇA. ISSO ACABOU. AS HIERARQUIAS MILITAR E POLÍTICA NÃO CONVIVEM. A SEGUNDA DESTRÓI A PRIMEIRA E, NO RIO, ISSO É UMA CONSTRUÇÃO DE DÉCADAS.”

Qual avaliação sobre o ciclo completo das polícias, com atuação plena das instituições policiais, a exemplo do que fazem países como França, Itália, Holanda, Portugal, Espanha?

Nesse momento estamos empenhados na consolidação das operações integradas das polícias. O ciclo completo impõe etapas precedentes de capacitação, treinamento e discussão para amadurecer aspectos decisivos para a questão. O modelo não vem sozinho. O ciclo completo em geral vem acompanhado de carreira única nas polícias e um controle externo efetivo da atividade policial.

**Quais ações emergenciais e de longo prazo para a melhoria dos indicadores de segurança pública?**

O retorno da União ao contexto dará rumo à segurança pública. Veja que, bem ou mal, a Saúde, Educação e Previdência, com recursos permanentes e carimbados, permitiram uma evolução do Brasil nessas áreas. Com suas precariedades, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior sistema universal de saúde do mundo. A educação, com recursos, obteve avanços significativos. Na segurança, jamais houve recursos consistentes e permanentes e os estados, sobrecarregados por sucessivas crises fiscais e a nacionalização e transnacionalização do crime, não suportaram a carga sozinhos.

Em recente entrevista, o senhor declarou que “a arquitetura do sistema de segurança desenhada pela Constituição de 88 estava falida”, correto?

Sim, a Constituição deixou a União de fora, sem mandato constitucional e sem recursos para uma ação unificada. Assim, a União passou a

socorrer os estados de forma solidária, mas eventual. Não é possível uma política pública sem recursos, o que explica o fracasso de tantos planos nacionais já feitos para o setor. Então, a boa notícia é que teremos recursos carimbados que deverão ser fixados por Medida Provisória em vias de ser editada pelo presidente Temer e, a partir daí, poderemos estabelecer contratos de gestão com os estados para que recebam recursos.

Como seriam esses contratos de gestão?

Para que recebam recursos, os estados deverão prestar contrapartidas em forma de redução de homicídios, capacitação das polícias, equipamentos e condições de trabalho melhores, corregedorias independentes etc. A linha do BNDES para estados investirem na segurança também já é uma realidade. São 45 bilhões de reais.

E qual o legado o senhor pretende deixar?

Em primeiro lugar, pretendemos deixar como legado recursos es-

táveis e previsíveis para a segurança, algo que nunca existiu. Em segundo, gerar uma governança que possibilite dar um rumo para a segurança pública. E no plano futuro, o Instituto Nacional de Estudos em Segurança Pública e a Escola Nacional de Segurança Pública, fóruns permanentes de estudo e estratégia que permitirão formação de quadros em segurança. Lembro que a educação deu um salto no País a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).✦





Marlon Jorge Teza

Coronel (Reserva) PMSC –
Presidente da Federação de
Entidades de Oficiais Militares
Estaduais e do DF (FENEME)

“As audiências de custódia desburocratizaram o trabalho da polícia e aproximou o Judiciário do momento da produção da prova, mas requer mais critério da autoridade judiciária.”

Contato:
marlonpmc@gmail.com

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Após a Resolução Nº 213 de 15/12/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe que toda pessoa presa deverá ser apresentada à autoridade judicial no prazo de 24 horas, houve uma grande inovação na ritualística das prisões em flagrantes daquilo que anteriormente era adotada no Brasil ocasionando várias consequências as quais passo a discorrer brevemente.

As mencionadas audiências de custódia agilizaram a prestação jurisdicional da pessoa presa em flagrante desburocratizando o trabalho da polícia nestas situações, bem como, aproximou o Judiciário do momento da produção da prova, inserindo o juiz diretamente nos casos a serem apreciados, modificando a lógica de que a referida autoridade somente se manifestava nos autos homologando ou não o Auto de Prisão em Flagrante (APF), muitas das vezes distantes da realidade dos fatos.

Tal medida também propiciou questionamentos à doutrina processual penal na fase policial na medida em que abriu a possibilidade de se questionar a adoção imediata do conhecido ciclo completo de polícia na persecução criminal nos casos de flagrante, podendo ser realizado por qualquer integrante dos órgãos e instituições policiais previstos no caput do Art. 144 da Constituição Federal já que o APF transformou-se, por óbvio, em um mero registro a ser

apreciado imediatamente por autoridade judiciária competente e não mais somente, na fase inicial, por autoridade policial.

Por outro lado há que ser, no entanto, ressaltado que dependendo da autoridade judiciária que realiza a audiência de custódia há exageros na medida em que, em muitos casos, a palavra de preso e criminoso contumaz possui maior validade que o testemunho de vários policiais ou até membros da sociedade civil, levando-os à indignação e até revolta, pois o criminoso acaba se vendo livre sem uma avaliação mais minuciosa da autoridade Judiciária, ocasionando prejuízo imediato à sociedade devido à reincidência quase que imediata pelo criminoso liberado o qual acaba cometendo mais e mais delitos.

Portanto, esses são os elogios e as críticas à adoção da audiência de custódia nas prisões em flagrante delito. Se estas não forem revestidas de critérios objetivos, acaba colocando em dúvida sua eficácia, podendo inclusive gerar, como muitas vezes gera, descrédito da sociedade no sistema da justiça, bem como, revolta aos policiais no que, geralmente com muito sacrifício e até risco de suas vidas, realizam a prisão em flagrante de um criminoso.

O que se deseja, como mencionado, é mais critério da autoridade judiciária na análise e decisão nestes casos. ✦



MAIS DE
**25.000 VEÍCULOS EQUIPADOS
EM TODO BRASIL**

SINALIZAÇÃO



ADAPTAÇÃO DE VIATURAS



PINTURA



CAPACIDADE PRODUTIVA PARA ATENDER ALTAS DEMANDAS DE PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO EM TODOS OS TIPOS DE VEÍCULOS, 2 E 4 RODAS.

TUDO EM UMA ÚNICA EMPRESA!

WWW.FLASHENGENHARIA.COM.BR

Rua Professora Célia Cangro Marques Mendes, 1000 - Alto da Boa Vista - Sorocaba - SP
(15) 3237-7300 | (15) 3237-2903



Coronel Mauricio
Rezende Gouveia



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

CNCG DE OLHO NO PARLAMENTO

A importância de uma Assessoria Parlamentar da Polícia Militar, atuando no Congresso Nacional, se dá em virtude de que compete à União “organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal (...)”, conforme a Constituição Federal, de 1988.

Assim, grande parte do ordenamento jurídico da corporação é constituído por leis federais, cujo processo de análise e discussão acontece na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dessa forma, dentro da estrutura da Secretaria de Relações Institucionais da PMDF está a Assessoria Parlamentar (ASPAR), que realiza o acompanhamento das matérias em apreciação nas Casas Legislativas.

A efetividade do serviço depende de uma construção diária, em que é necessário o contato permanente com os representantes eleitos e demais autoridades envolvidas no processo legislativo, possibilitando que os interesses institucionais sejam ouvidos.

A ASPAR atua também na Câmara Legislativa do DF, onde são analisadas proposições que afetam a segurança pública e a corporação, tais como o processo orçamentário do DF e a destinação de área para a construção de unidades, por exemplo.

O serviço é relevante também na medida em que auxilia no fortalecimento das relações institucionais.

Atualmente, a ASPAR acompanha mais de 1290 matérias nas Casas Legislativas Federais e do Distrito Federal.

Para fins de direcionamento de ações e estabelecimento de prioridades, essas proposições foram divididas em três grupos.

No Grupo I, estão as que tratam sobre legislação específica da PMDF. As que afetam internamente as polícias militares estão no Grupo II.

E as proposições sobre segurança pública, que trazem reflexos diretos para a atividade fim das polícias militares e outras de relevante interesse institucional, estão no Grupo III.

Dentre as proposições acompanhadas, destacam-se as mais discutidas:

- Na Câmara dos Deputados tramita a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 430/2009, que trata do Ciclo Completo das Polícias, e as apensadas PEC 432/2009, PEC 321/2013, PEC 423/2014, PEC 431/2014, PEC 127/2015, PEC 89/2015, PEC 198/2016, PEC 273/2016 e PEC 319/2017, sob a relatoria do deputado Marcos Rogério (DEM/RO), que apresentou parecer favorável às mesmas ao analisar a admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Cumprе salientar que embora a PEC 430/2009 traga aspectos maléficos às Polícias Militares, é necessário dizer que o tema Ciclo Completo (leia matéria nas páginas 17, 18 e 19) permanece em outras PECs apensadas, necessitando, portanto que a matéria seja analisada na CCJC e prossiga para maiores discussões na Comissão Especial.

- Em 2014, foram apresentadas a PEC 423/2014, que tem como o primeiro signatário o deputado Jorginho Mello (PR/SC), que prevê o Ciclo Completo de ação policial na persecução penal e da ação de bombeiro, dentre outras providências, e a PEC 431/2014, que tem como o primeiro signatário o deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), que amplia as competências dos órgãos arrolados nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal (CF), possibilitando, de fato, a consecução do Ciclo completo.

- Tramita ainda na Câmara dos Deputados o PL 6690/2002, na Comissão Mista Temporária, destinada a “levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País” que traz como apensados PLs que tratam das Leis Orgânicas das Polícias Militares (PL 4363/2001) e Polícias Cíveis (PL 4371/1993 e PL 1949/2007).

- O PL 6690/2002 cria normas gerais de todos esses órgãos e os centraliza em somente uma lei. Entretanto, existem outras proposições que separam as normas gerais dos civis e dos militares.

- O PL 4363/2001 estabelece normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.

- A matéria chegou a ser analisada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), tendo como relator o deputado Alberto Fraga (DEM/DF), que apresentou parecer em 2001 com substitutivo, no entanto, a matéria foi apensada ao PL 6690/2002. ☺



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

 www.pmdf.df.gov.br

Para divulgar as atividades do Poder Legislativo, no que diz respeito às proposições que afetam as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, a ASPAR lançou um informativo periódico semanal divulgado pelo Centro de Comunicação Social (CCS) no site da corporação:

 **Anexo I do Senado Federal, 27º andar (sala 2710).**

 **Contatos
(61) 3303-4574 e 99909-6631**

Acompanhe, divulgue e fique por dentro.



Foto: Roque de Sá - Agência Senado

POLÍCIA ADMINISTRATIVA ATUA NA PREVENÇÃO PARA INIBIR AS OCORRÊNCIAS

Por Joana Wightman

Um sistema ágil, eficiente e que gera comodidade à população. É assim que a Polícia Militar de Santa Catarina realiza a expedição de laudos de ordem pública para autorização de shows, eventos esportivos, festas e manifestações populares. A PM de Santa Catarina já é referência no modelo adotado no qual põe em prática sua competência de polícia administrativa, função garantida por uma lei estadual.

Polícia administrativa é aquela que realiza atos administrativos, como expedir portarias, resoluções, autorizações para a realização de eventos e alvarás de funcionamento.

Nos últimos dois anos, a Polícia Militar de Santa Catarina construiu um modelo de prevenção pautado em três grandes dimensões: agentes de prevenção, programas que trabalham junto à comunidade; serviços de consultoria, visitas e programas preventivos, como por exemplo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD); e uma terceira dimensão, que é o poder de polícia administrativa ou o exercício da polícia ostensiva.

“A polícia administrativa é uma das formas de como construir a prevenção de incidentes, de desordens ou até mesmo a prevenção criminal. Dentro desse cenário, nossa lógica é sempre atuar no pré-delitual”, afirma o Major da Polícia Militar

de Santa Catarina, Thiago Augusto Vieira, adjunto da 3ª sessão do Estado Maior do Comando-Geral

Ele explica que os eventos esportivos ou não-esportivos precisam de um laudo de ordem pública no qual a PM alerta sobre as condições de segurança e que é expedido por meio de uma vistoria preventiva no local.

“Sem laudo, não há evento. Hoje temos um sistema ágil e automatizado, com informações interligadas entre os policiais que realizam as vistorias preventivas e os Comandantes que emitem os pareceres. É baseado na facilidade e na rapidez. Um parecer técnico pode ser emitido em cerca de 20 minutos”, relata o Major.

Atuar de forma preventiva acarreta na redução do volume de chamados de emergência e de ocorrências em determinado local. Isso porque é possível dimensionar, por exemplo, os impactos que um grande evento pode gerar no trânsito e construir soluções para minimizá-los.

“A polícia administrativa é uma das formas de como construir a prevenção de incidentes ou de desordens ou até mesmo a prevenção criminal. Dentro desse cenário, nossa lógica é sempre atuar no pré-delitual.”

Thiago Augusto Vieira, Major da Polícia Militar de Santa Catarina.

INICIATIVAS EM SANTA CATARINA



Restrição de circulação de pessoas em determinadas áreas e horários no período das enchentes que assolaram o Vale do Itajaí, em 2008, por meio de portaria expedida pelo Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.



Selo de fiscalização da polícia administrativa para estabelecimentos comerciais, instituído pelo Comando do 21º Batalhão de Polícia Militar, sediado no norte da Ilha de Santa Catarina.



Programa Silêncio Padrão, com o objetivo de determinar limitação de horário para os estabelecimentos da localidade permanecerem abertos, também do Comando do 21º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina.

EXEMPLO PARA O PAÍS

“Temos em Santa Catarina um modelo de polícia que é exemplo para o País”, evidencia o coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Bombeiros (CNCG) e Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Ele destaca o preparo dos oficiais e a atuação diferenciada das equipes nas ações preventivas.

“Somos reconhecidamente vistos como a polícia preventiva. Equilibrar na balança o peso das ações de prevenção, resposta a incidentes e repressão qualificada é um fator fundamental. O modelo policial brasileiro deixa de lado as ações de prevenção, que são mais efetivas que as de respostas imediatas e ainda conseguem construir soluções a médio e longo prazo”, reforça o Major Vieira. Para o oficial da Polícia Militar de Santa Catarina, Edson José de Souza, fica evidente que a Polícia.



Fotos: Divulgação Facebook PMSC



Militar pode e deve atuar como polícia administrativa sempre que houver comportamentos que ocasionam a quebra da ordem pública. “Assim sendo, pode-se ampliar sua atuação no tocante à fiscalização, tanto preventiva como repressivamente, visando à preservação, e exercendo o poder de polícia em sua plenitude”, aponta o oficial em trabalho intitulado “Polícia Militar atuando como Polícia Administrativa”.

Mais interessante é pensar que, para operacionalizar o procedimento de emissão de laudos de ordem pública, não foi necessária a criação de um departamento específico dentro da unidade da PM catarinense. Hoje é possível realizar o serviço sem custos extras à corporação. Segundo o major Vieira, o sistema é eficiente e em nada onerou a rotina da unidade policial. Ele comenta que o Estado de Rondônia já se interessou pelo modelo, que é o único no país atuando na emissão de laudos de ordem pública. ✦

EXEMPLOS DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA



Aplicar infrações de trânsito por descumprimento das regras previstas no Código Brasileiro de Trânsito.



Fechar estabelecimentos sem a devida licença de funcionamento ou com licença vencida.



Lavrar Termos Circunstanciados em crimes de menor potencial ofensivo.



Impedir que comportamentos individuais antissociais causem prejuízos maiores à coletividade.



Bene Barbosa

Autor do livro *Mentiram Para Mim Sobre o Desarmamento*, palestrante, articulista e estudioso do tema há mais de 20 anos.

“Naquele tempo não havia nem mesmo um único ferreiro em todo o território israelita, porquanto os filisteus haviam proibido os hebreus de fazer espadas e lanças. Por este motivo, todo israelense tinha que dirigir-se aos filisteus para afiar seus arados, enxadas, machados e foices.”
1 Samuel 13: 19-20

Contato:

presidente@
movimentovivabrasil.com.br

O DESARMAMENTO CIVIL COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Aos povos dominados sempre coube o desarmamento ou, no mínimo, severas restrições à fabricação, posse e porte de armas. A estratégia – bastante óbvia – de impedir que os dominados tivessem acesso às armas não é novidade e, como vimos na citação bíblica ao lado, denota imemoriais tempos de uso e abuso. E tais usos e abusos geram, inexoravelmente, a desconfiança. Maquiavel em seu livro *O Príncipe* chega à conclusão muito interessante: um príncipe que desarma a população os ofende mostrando que não confia no seu povo, gerando o ódio e fazendo com que ele tenha que recorrer a tropas mercenárias. Acreditem, hoje é esse o sentimento da população do Brasil. Uma pergunta bastante pertinente seria: “Como eu, um simples cidadão, posso ser cobrado de defender minha pátria se aqueles que a governam não confiam a mim nem mesmo a possibilidade de defesa do meu próprio lar?”.

Não faltam casos onde esses instrumentos de dominação e opressão acabaram em genocídio ou, mais precisamente, em democídio, termo redefinido pelo cientista político R. J. Rummel como “o assassinato de qualquer povo ou indivíduo por seu governo, incluindo genocídio, politicídio e assassinato em massa”.

O Japão feudal banuiu as armas de fogo com a desculpa de que elas eram um símbolo concreto da contaminação ocidental trazida pelos portugueses àquela ilha no século XV, mas, na realidade, tal banimento visava única e exclusivamente manter o poder bélico e militar nas mãos do Shogunato. Como define John Keegan em seu livro *Uma História da Guerra*: “[...] ao assegurar o mo-

nopólio das espadas aos guerreiros, os Tokugawa estavam garantindo o lugar dos samurais no pináculo da sociedade japonesa”.

Não foi muito diferente na Alemanha nazista, onde o fuhrer soube aproveitar muito bem a lei de controle de armas herdada da República de Weimar, a qual tinha, pelo menos em tese, o objetivo de controle e fiscalização da posse e porte de armas, tentando garantir que grupos radicais não tivessem acesso a elas. Tal legislação foi exatamente o que garantiu poder aos nazistas para desarmar todos seus inimigos internos; o governo era, então, o mais radical dos grupos. Sugiro veementemente a leitura do excepcional “Hitler e o Desarmamento: Como o Nazismo Desarmou os Judeus”, e os “Inimigos do Reich”, de Stephen P. Halbrook, publicado no Brasil pela Vide Editorial.

No Brasil, idem! Paridas pelas mãos de Getúlio Vargas como resposta à revolução de 32 e ao movimento coronelista, as restrições de calibres vergonhosamente vigoram até hoje. Poucos sabem, por exemplo, que as instituições policiais e seus agentes precisam pedir autorização ao Exército para compra de armas e munições ditas restritas até hoje em decorrência dessa mesma legislação. Ao despontar dos anos 90, com a explosão da criminalidade no Brasil, os ideólogos marxistas souberam usar com precisão a narrativa do desarmamento como fator de pacificação, porém, é muito claro que tudo o que eles querem é o monopólio da força nas mãos do Estado. Estado esse que eles ainda não desistiram de tomar de assalto. O que pode acontecer? Basta olhar para Cuba, China, para a extinta URSS e para nossa vizinha Venezuela. ✦



Foto: iStock by Getty Images

CICLO COMPLETO DE POLÍCIA: A ALTERNATIVA PARA O MODELO ATUAL

Joana Wightman

Filas de viaturas da Polícia Militar se aglomeram em frente às delegacias à espera de atendimento para registro das ocorrências. Esse cenário se repete todos os dias pelo Brasil e atinge não só pequenos municípios como também as grandes cidades, numa proporção ainda maior. **A espera, muitas vezes, pode ultrapassar várias horas, enquanto isso, os policiais militares poderiam estar nas ruas reforçando a segurança da população.** Mas seu tempo é desperdiçado pela burocracia e por um modelo de polícia ineficaz.

Na contramão das tendências mundiais de segurança pública, o Brasil é um dos únicos países no mundo que adota um sistema de “meias polícias”, no qual cada uma das agências policiais no âmbito estadual (Polícia Militar e Polícia Civil) faz apenas parte dos procedimentos no atendimento de uma ocorrência.

Uma alternativa útil, simples e econômica seria a adoção do modelo de ciclo completo, que significa uma atuação plena da polícia englobando a prevenção, repressão e investigação. **Dessa forma, a Polícia Militar desafogaria o trabalho da Polícia Civil, que poderia se dedi-**

car à investigação dos crimes que hoje tem baixos índices de solução, evitando, ao mesmo tempo, o desperdício de tempo de milhões de horas de equipes policiais paradas nas delegacias. Além de otimizar recursos humanos e financeiros, o ciclo completo evita o retrabalho visto que, na situação de flagrante, a Polícia Civil simplesmente reproduz no registro o que a PM relata.

“Estamos falando de uma das reformas mais importantes para a polícia brasileira.”

Ricardo Balestreri, professor e ex-secretário Nacional de Segurança Pública

“Estamos falando de uma das reformas mais importantes para a polícia brasileira”, assinala o professor e especialista em Segurança Pública, Ricardo Balestreri. As características do modelo atual, ressalta, são a perda de tempo com a burocracia e disputas administrativas. “Tudo isso faz com que os policiais sejam malvistas pela população pela falta de respostas à sociedade”, completa Balestreri, que foi secretário Nacional de Segurança Pública, de 2008 a 2010.

“O Brasil vive um atraso em relação a outros países. É o campeão em homicídios no mundo e possui um modelo superado e ineficiente”, concorda o Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Temos um sistema de “meias polícias”,

A CHAVE PARA O PROBLEMA ESTÁ NA EDUCAÇÃO

No país onde mais se mata no mundo, um modelo mais eficiente de polícia passa pela educação. É a opinião do coronel Fábio Aracaqui de Sousa Lima, Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Ele foi reitor do Instituto Superior de Ciências Policiais, em Brasília, entre 2015 e 2016. Iniciativa pioneira, a instituição é mantida pela Polícia Militar do Distrito Federal e credenciada pelo Ministério da Educação.

O aumento da capacitação técnica facilita a implementação do ciclo completo por gerar um contingente de policiais mais bem preparados para o atendimento das demandas da população. O co-

ronel Sousa Lima relata que atuar no ciclo completo traz satisfação, reconhecimento e realização profissional.

“Já vi casos do soldado se emocionar e dizer que, pela primeira vez, se sentiu policial de verdade. Porque você recebe a demanda e resolve na hora”. E essa eficiência, continua ele, volta para a sociedade.

Hoje no DF, 100% dos 11 mil policiais possuem curso superior. Entre eles, há 200 mestres e doutores. “Estamos no caminho. Um grande passo é a mudança de cultura para que a população enxergue que o foco da atuação policial é em prol do seu benefício”, destaca o Subcomandante.

continua ele, e já é sabido que “laranjas cortadas não param em pé”, diz, lembrando da frase do livro “A síndrome da Rainha Vermelha”, do especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos Marcos Rolim, que aborda o tema.

Segundo o Coronel Nunes, 15 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, já utilizam o modelo de ciclo completo, porém apenas para os crimes de menor potencial ofensivo, aqueles com penas de até dois anos de privação de liberdade, sendo ideal que atendessem a todos os crimes. Todos os demais estados estão em processo de implantação. Atualmente, o Dis-

Destaques mundiais de sistemas policiais de Ciclo Completo

Âmbito municipal
Estados Unidos

Âmbito regional
Inglaterra e Alemanha

Âmbito federal
França e Japão

trito Federal registra a menor taxa de homicídios dos últimos 29 anos. O novo modelo iniciado em agosto de 2016, e mais amplamente usado a partir de janeiro de 2017, já produziu efeitos como aumento da produtividade no atendimento das ocorrências em 60% no DF.

“É como se conseguíssemos atender 60 ocorrências no lugar de apenas uma. Um TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência) leva cerca de 20 minutos para ser lavrado”, compara o Comandante da PM do DF. Para ele, há luz no fim do túnel. “Temos que sair do ciclo de andar para trás e ir para frente. Todas as Polícias Militares devem trabalhar para a implementação do ciclo completo. Quem ganha é a população e você potencializa o uso dos recursos humanos.”

“O Brasil vive um atraso em relação a outros países. É o campeão em homicídios no mundo e possui um modelo superado e ineficiente”

Coronel da Polícia Militar Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante-Geral da PM do Distrito Federal

No entanto, Balestreri aponta que a discussão do ciclo completo ainda gera muita “resistência corporativista”. “A luta é muito grande. Estamos avançando na discussão porque a questão se tornou inevitável. Hoje o debate é mais amplo. Não se deve parar de tentar transformar um modelo que não funciona, gera conflito e mostra abandono da sociedade”, reflete o ex-secretário que atua desde 1988 em programas educacionais voltados às polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros e já trabalhou com mais de 70 mil policiais em todo País. ✦



PESQUISA REALIZADA COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO APONTA QUE:

92,70 %

se mostram favoráveis à adoção do modelo de ciclo completo pela Polícia Militar.

Os benefícios mais apontados pela implementação do sistema:



AUMENTO DO TEMPO LIVRE DE POLICIAMENTO (AUMENTO DA PREVENÇÃO CRIMINAL)



REDUÇÃO DO CUSTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO COM SIMPLIFICAÇÃO DOS REGISTROS CARTORÁRIOS



FORTELECIMENTO DA PM, NA MEDIDA QUE O POLICIAL É QUEM SERÁ O RESPONSÁVEL PELA DECISÃO ACERCA DA PRISÃO E PELOS RESPECTIVOS REGISTROS (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA, AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE OU AUTO DE APREENSÃO).

(Fonte: artigo extraído de pesquisa científica de autoria do Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Fábio Rogério Cândido, intitulado “Ciclo completo de polícia: o poupatempo da segurança pública”).



Foto: iStock by Getty Images



Nelson Gonçalves de Souza
Coronel RR (PMDF), graduado em Ciências Policiais, mestre em Gestão do Conhecimento e doutorando em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela UnB.

“Não basta que a polícia suba os morros e se aproprie do território. As pessoas que lá vivem devem ter certeza de que o Estado virá em seu socorro mudando a sua realidade para melhor.”

Contato:
ngsouza@gmail.com

INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO: A QUEM INTERESSA?

Logo após a intervenção no Rio de Janeiro, pelo Governo Federal, duas entrevistas na TV me chamaram a atenção. A da professora Jaqueline Muniz, da UFF, e a outra, do General Augusto Heleno, do Exército. Com inserções interessantes e sob diferentes perspectivas, ambos têm em comum, aparentemente, a plena certeza de que a intervenção no Rio de Janeiro está fadada ao insucesso. A professora, pela convicção de que as ações são mera pirotecnia do Governo Federal.

Para o general, o problema é outro. Certo de que a experiência brasileira no Haiti pode ser repetida no Rio de Janeiro, a questão radica, na verdade, na ausência de um suporte legal que possibilite às Forças Armadas adentrar as regiões ditas conflagradas e exercer a “manu militari”, o que, para ele, parece ser o único modo de alcançar algum sucesso.

Fato é que, após seis meses de intervenção, as previsões parecem estar se confirmando. Os índices criminais no Rio parecem não estar cedendo e o comando da operação parece não ter uma ideia clara do que fazer, senão o que já vem sendo feito há décadas, sem resultados: aumento da presença policial nas ruas e confronto direto com os criminosos. Ambas as medidas, entretanto, parecem ter o condão de, apenas, aumentar as hipóteses de conflito, agravando a exposição das comunidades cariocas menos assistidas, a um nível de sofrimento ainda maior.

Inúmeros estudos brasileiros e estrangeiros demonstram que não bas-

ta a atuação da polícia para que se obtenha sucesso contra o crime. Outras realidades como no caso de Nova York, Bogotá, Cali e Medellín já demonstraram isso. É preciso que medidas mais amplas, paralelas e conjuntas, recebam a mesma atenção, importância, prioridade e suporte do governo estabelecido.

Não basta que a polícia suba os morros e se aproprie do território. As pessoas que lá vivem devem ter certeza de que o Estado virá em seu socorro mudando a sua realidade para melhor. Adianta menos ainda, como quer o General, estabelecer uma guerra direta contra o crime, se logo depois não haverá continuidade que garanta a permanência do que foi conquistado.

É preciso pois, que os governantes estejam dispostos a abrir os olhos para uma realidade crua presente nas cidades brasileiras, não só no Rio, e começar a pensar e agir de modo sistêmico em relação à segurança pública, deixando de considerá-la apenas um caso de polícia, reconhecendo que sem uma visão mais ampla e integradora, que inclua na segurança pública, a educação, a saúde, o trabalho, a organização urbana, a economia e o acesso mais igualitário a bens e serviços, não haverá como produzir um cenário de desenvolvimento social, que por si só, pode ser um poderoso mecanismo de prevenção contra o crime. A insistência na manutenção do quadro atual só reforça a pergunta: a quem interessa uma intervenção que tem tudo para não resolver nada? Mas já sabemos de tudo isso, não?☹



NOVO CONCEITO DE CRIME MILITAR REFORÇA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA PRÓPRIA

Lei permite que condutas vedadas em outras legislações sejam aplicadas à Justiça Militar. Tendência é de aumento da demanda nas corregedorias estaduais e da União

Por Maryna Oliveira

Promulgada em 13 de outubro do ano passado, a Lei nº 13.491 tem gerado controvérsia no meio jurídico. Isso porque a norma trata da ampliação do conceito de crimes militares e remete à Justiça Militar da União e dos estados casos antes tratados na Justiça Comum.

Com isso, a gama de ações penais remetidas ao foro castrense é vasta: vai de situações previstas pelo Decreto nº 5.144/2004, também conhecida como Lei do Abate de Aeronaves, a condutas vedadas pela Lei nº 8.666/98, a chamada Lei de Licitações e Contratos. A exceção são os crimes dolosos cometidos contra a vida de civil, que continuam de competência do Tribunal do Júri.

A norma faz sensível alteração do Artigo 99, inciso 2, do Código Penal Militar (CPM). Pela nova redação, ficam estabelecidos os “crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal”. Isso significa que os delitos listados em outras legislações, como o Código Penal Civil, passam a ter um equivalente militar. Com isso, atualiza-se o CPM, que é de 21 de outubro de 1969, à nova realidade brasileira e aos tipos penais definidos após essa data.



Foto: Divulgação PMDF



Debatida no Congresso Nacional em 2016, por ocasião das Olimpíadas de 2016, a lei 13.491/17 tinha como pano de fundo o contexto em que as Forças Armadas atuariam em atividades de segurança pública.

Daria respaldo jurídico para militares envolvidos na segurança das cidades-sedes dos Jogos Olímpicos e em operações de Garantia da Lei e da Ordem, conhecidas como GLOs. No entanto, a tramitação e publicação no Diário Oficial da União (DOU) só ocorreram no ano seguinte.

No entendimento do Ministério Público Militar, a aprovação da Lei nº 13.491/17 é um avanço significativo. “De 1969 a 2017, nós tivemos um número elevado de modificações com relação às leis penais, que não faziam referência ao CPM. Nós tínhamos vários crimes que eram praticados por militares dentro de um contexto que envolvia instituições militares, mas não tínhamos atribuição para processar as situações”, destaca o procurador-geral de Justiça Militar, Jaime de Cassio Miranda.

É o caso, por exemplo, da Lei de Licitações. “Nós temos casos de fraudes em licitações, que se formos analisar pela forma como estava prevista na Lei, há vários tipos penais ali e nenhum deles era, a rigor, de competência da Justiça Militar”, pontua Miranda.

Para a Defensoria Pública da União, o cenário é nebuloso. **“A lei pode ter uma ampliação inesgotável. Além disso, pode ser considerada inconstitucional, uma vez que deveria vigor no período das Olimpíadas”**, ressalta o defensor público federal do Núcleo Federal Militar do Rio de Janeiro, Jorge Luiz Pinho.

Foto: Divulgação PMDF



MAIS DEMANDAS

Um dos efeitos imediatos da ampliação da competência da Justiça Militar, tanto a da União quanto a dos estados, é o aumento de processos que serão julgados nesta esfera. No caso das unidades da Federação, a condução de inquéritos e os julgamentos ficam a cargo dos Batalhões ou centralizado nas Corregedorias das Polícias Militares.

Nota técnica emitida pelo Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros do Brasil (CNCG) recomenda a adoção de medidas para adequação das corporações à nova realidade.

No Distrito Federal, por exemplo, a Corregedoria-Geral da Polícia Militar do DF tem registrado crescimento na quantidade de casos que são remetidos ao setor. Em 2016, foram instaurados inquéritos contra 483 policiais e, em 2017, esse número foi quase o dobro: 713 militares investigados.

Para atender a essa evolução, a área mantém um oficial e dois escrivães de plantão por dia, como explica o Corregedor-Geral da PMDF, coronel Edmar Martins. “Com a Lei 13.491/17, muitas questões que eram ético-disciplinares passaram, em tese, a ser crimes”, destaca. Os dados, no entanto, incorporam também as denúncias enviadas a partir do Núcleo de Audiência de Custódia, que iniciou as atividades em 2015.

O envio de mais denúncias para a área fortalece o trabalho de investigação, segundo Martins. “O próprio aumento de inquéritos demonstra que a Polícia Militar investiga o que chega a ela, não coloca para debaixo do tapete”, afirma.

Foto: Divulgação PMDF



Marcos de Araújo
Coronel da PMDF

FIQUE POR DENTRO

Aumento das denúncias recebidas pela Corregedoria-Geral da PMDF

1.253 em 2017

1.078 em 2016

Policiais investigados pela Corregedoria-Geral da PMDF

713 em 2017

483 em 2016

LINHA DIRETA COM MARCOS DE ARAÚJO

Secretário-geral da Comissão de Direito Militar da OAB-DF e Coronel da reserva da PMDF, o advogado Marcos de Araújo considera positiva a mudança trazida pela nova norma. Araújo pontuou o contexto em que as críticas à Lei nº 13.491/17 surgem.

CNCG em Revista: Como a aprovação da Lei 13.491/17 se relaciona com o atual momento da segurança pública do País?

A segurança pública do País não se encontra em situação confortável. Os motivos são de variadas ordens, que vão desde ausência de definição do que venha a ser segurança pública, desconexão entre os diversos órgãos envolvidos na questão e baixa eficiência na resolução de crimes – com média de 5% a 8% de solução de crimes – e também deficiência na aplicação dos investimentos no setor de segurança pública.

O problema é falta de recursos?

Nós não temos problemas com dinheiro. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, o Brasil gasta 1,5% do PIB bruto com segurança pública. Um pouco a menos que os gastos da França, que é de 1,7% do PIB, e um pouco a menos que os EUA, que é de 2,3% do PIB. Diante desse quadro, nós podemos dizer que a edição da lei tem um relacionamento importante com a segurança pública. Não somente em relação às atividades desempenhadas pelas Forças Armadas, mas também para as polícias e os bombeiros militares, uma vez que as competências da Justiça Militar foram ampliadas.

Os argumentos contrários à norma consideram a possibilidade de impunidade dos militares autores de crimes. Existe, de fato, esse risco?

Na realidade, não haverá impunidade porque os crimes continuarão a ser julgados. A Justiça Militar é mais célere e tem características específicas que são muito melhor entendidas por quem já está trabalhando há algum tempo com ela.

A que se deve o argumento de impunidade?

A ausência plena da disciplina de direito militar nas faculdades limita o debate no campo técnico e jurídico. As pessoas falam em impunidade porque não conhecem a legislação penal militar. Ela é muito mais dura, muito mais rígida do que a comum. Não há corporativismo. ☒



Edgard Estevo da Silva
Coronel BBMG -
Chefe do Estado-Maior

**Stella Coeli Flori
Maciel Nunes Vieira**
Major BBMG - Assessora de
Planejamento

**Luciana Silva
Fagundes Procópio**
1º Tenenete BBMG - Gestora de
Projetos

“Modelo para outras instituições militares, o Corpo de Bombeiros de MG sistematizou um trabalho de captação de recursos, por meio de emendas parlamentares e projetos estratégicos.”

Contato:
imprensa.bombeiros@gmail.com

ESTRATÉGIA DO CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS EM TEMPOS DE CRISE

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) tem envidado esforços para servir à sociedade mineira com excelência. Em 2015, sistematizou as suas ações estratégicas no Plano de Comando, que favoreceu o crescimento institucional de forma ordenada.

O contexto econômico despertou a necessidade de trabalhar com a captação de recursos alternativos para garantir e expandir o serviço prestado. O trabalho desenvolvido é o ponto de partida para a interação entre o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

A estratégia pautou-se em três linhas de atuação: estruturação do portfólio de emendas parlamentares; elaboração de projetos estratégicos; e fortalecimento de convênios firmados entre o CBMMG e outras instituições, não sendo esta última objeto deste artigo.

A captação de recursos, por meio de emendas parlamentares, iniciou-se com o diagnóstico institucional. Foi confeccionado um caderno diagramado, contendo as demandas logísticas, por região, denominado Portfólio de Emendas Parlamentares.

Visando a efetividade do processo, houve o nivelamento das informações e a sensibilização para delimitar a cooperação dos parlamentares aos itens previstos no portfólio. Assim, as indicações dos valores estariam em conformidade com a capacidade de execução do recurso, considerando que o CBMMG viabilizou as contratações, por meio de ata de registro de preços.

Os representantes regionais iniciaram o trabalho de divulgação do Portfólio e as Assessorias Parlamentares do CBMMG atuaram como elo estratégico para viabilizar o alinhamento entre as ações locais com as indicações dos parlamentares. Como resultado, houve aumento significativo dos valores indicados, passando de R\$ 702.326,00, em 2014, para R\$ 5.020.056,35, em 2018.

A segunda linha de ação, relacionada à elaboração de projetos estratégicos, focou em recursos alternativos para desenvolver ações prévias e posteriores aos desastres, principalmente, com impacto no meio ambiente. Assim, o CBMMG apresentou projetos para vários entes, sendo o principal parceiro o Ministério Público.

Em 2016 e 2017, os valores agregados totalizam R\$ 4,5 milhões, captados por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e de compensação de perdas sofridas, durante o atendimento à ocorrência de rompimento da barragem. O incremento constante de fontes alternativas representa solução para os problemas reais da instituição, cujo aporte no orçamento de investimento equiparou-se às demais fontes de recursos.

A sistematização do trabalho de captação de recursos resultou em ganhos significativos, caracterizando-se como uma estratégia de sobrevivência para superar a crise econômica. A estratégia viabilizou efetivamente a melhoria do serviço operacional e permitiu que a corporação expandisse seus serviços no Estado, podendo servir de modelo para outras instituições. ☎

Caixa de Benefícios da PMDF, há mais de 100 anos promovendo a qualidade de vida da família policial militar do Distrito Federal



A CABE PMDF tem uma história de amor com milhares de famílias de policiais militares que, ao longo de mais de 10 décadas, vem usufruindo de benefícios especiais e vivenciando conosco momentos memoráveis. Estamos sempre nos renovando para que esse legado seja cada dia mais relevante para nossos associados!

Nossos serviços diretos:

- Assessoria Jurídica
 - Restaurante
 - Auxílio Funeral
- Mais de 50 convênios com parceiros em diversas áreas, tais como: Saúde, Educação, Turismo, Esporte, Finanças, Seguros e Alimentação.

www.cabepmdf.com.br | (61) 3344-0746 | contato@cabepmdf.com.br



cabe - caixa beneficente da pmdf



cabepmdf





Corpo de Bombeiros do DF usa espuma para economizar até seis vezes o gasto de água

André Borges - Agência Brasília

BOMBEIROS, UMA CORPORAÇÃO PARA TODAS AS SITUAÇÕES

Seja em um afogamento, um acidente de trânsito ou até mesmo em um parto, as funções dos bombeiros são as mais diversas, incluindo a prevenção

Por Thiago Soares



Sargento Everton Rodrigues emocionado após ter ajudado no parto da menina Sophia. Já são mais de 20 atendimentos desse tipo em sua carreira.

“Não me imagino atuando em outra profissão”. A afirmação é do Sargento do Corpo de Bombeiros do DF, Everton Rodrigues Oliveira, 48 anos e 25 anos de serviço militar. No tempo de trabalho, calcula 15 de atendimentos na ambulância e, nas contas dele, são mais de 20 partos acompanhados. Na lembrança, o parto de uma menina em um apartamento no centro de Brasília, em 2016. Ele tinha iniciado o turno há 15 minutos, quando a equipe foi acionada para fazer um transporte de uma grávida ao hospital.

A equipe chegou rapidamente, mas a criança estava com presa e nasceu ali mesmo em cima da maca.

“Tivemos que ser rápidos. Quando chegamos, vimos que o trabalho de parto já havia iniciado. Fizemos o procedimento e nasceu a menina”, lembra.

Mas nem todos os dias são assim. Há dias de belos resgates, assim como ações frustrantes. “Lembro de um acidente de ônibus com cinco mortes e 40 feridos”, recorda o sargento sobre um de seus primeiros atendimentos na corporação.

O socorro em um parto traz um alívio no dia a dia. “Esse contraste é interessante. A emoção de ver uma criança chegando e você ali ajudando. Esses momentos vêm para levantar a moral e nos traz confiança”.

A última palavra usada pelo militar - confiança - é a mesma usada por Elizete de Oliveira, 39 anos, ao lembrar do parto da filha caçula Sophia, em julho de 2016. Em casa, ela começou a passar mal e, em seguida, a bolsa estourou.

Os bombeiros foram chamados para fazer o resgate até o hospital, mas a equipe acabou por fazer o parto da criança na residência mesmo. “Estávamos todos nervosos, mas quando vi a equipe dos bombeiros fiquei mais tranquila.

A Sophia nasceu em casa e com saúde. A minha gratidão a eles é eterna”, afirma.



Fundamentais para a Paz

Além do atendimento até na hora de um parto, está entre as funções dos militares do Corpo de Bombeiros a prevenção, combate, investigação de incêndios, busca e salvamentos, atendimento pré-hospitalar, entre outras ações.

Na visão do especialista em segurança pública, professor da Universidade de Brasília, Antônio Flávio Testa, a corporação tem extrema importância na área de segurança. “Os bombeiros atuam na parte preventiva, assim como na garantia do combate em graves sinistros, por exemplo. Os bombeiros são fundamentais para a paz da sociedade”, comenta.

A figura do herói

O Corpo de Bombeiros aparece como uma das instituições mais respeitadas no país. O exemplo é claro quando se aborda o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) feito pelo Ibope.

Desde a primeira edição em 2009, a corporação aparece como a primeira no ranking do instituto de pesquisa. Instituições como a Igreja, Polícia Federal e Forças Armadas ficam atrás do trabalho desenvolvido pelos “militares-heróis” do bombeiro.

Falando em herói, a forte ligação com o impossível é um dos fatores que justificam a confiança da população nos bombeiros, segundo o coordenador dos cursos de publicidade e jornalismo da Universidade Católica de Brasília, Leonardo Bessa. “O bombeiro carrega consigo o mito de herói que está relacionado à ideia de segurança e salvamento. Isso pode ser associado a um modelo de pai e mãe, que remete à bondade e à sensação de proteção”, destaca.

Memória

Disque Bombeiros - 193



Edifício Joelma
Sergio Jorge Dedoc

Atuação em grandes tragédias

O trabalho de salvamento dos bombeiros é lembrado em incêndios que causaram comoção pelo país. O primeiro que mudou a história da prevenção de incêndios ocorreu no Edifício Joelma, em São Paulo (SP), em 1974, e deixou 300 feridos e quase 200 mortos. Diversas forças de segurança trabalharam no resgate. Um helicóptero parou no prédio vizinho e pessoas foram retiradas por uma ligação feita de cabos de um prédio para o outro. O primeiro a testar a passagem foi o então Major Hélio Caldas, do Corpo de Bombeiros de SP.

Em 2013, os bombeiros de Santa Maria (RS), munidos de cilindros de oxigênio e com pouco tempo, resgataram algumas vítimas do incêndio da Boate Kiss, que deixou 242 mortos e desencadeou uma série de fiscalizações e propostas de melhorias na legislação de emissão de alvarás.



Boate Kiss
Deivid Dutra / Agência Brasil

O acidente com fogo mais recente, registrado em 2018, terminou com o desabamento do antigo prédio da Polícia Federal, em SP. Antes disso, bombeiros se dedicaram a salvar quem estava no local fazendo o uso de cabos em prédios vizinhos. O episódio deixou oito vítimas, entre localizadas e desaparecidas. -/-



Incêndio prédio da PF - SP
Rovena Rosa / Agência Brasil

SIG SAUER® está no Brasil



P320®



SEGURANÇA E MODULARIDADE, A PISTOLA DE COMBATE DAS FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS E DE MAIS DE 150 POLÍCIAS DO MUNDO.

MODELO
P320

TAMANHOS
Full, Carry, Compact e Subcompact

CALIBRES
9mm, 40S&W, 45 Auto e 357 SIG

Soluções completas para:
Fuzis de Assalto
Fuzis DMR
Fuzis Snipers
Submetralhadoras
Eletro-óticos
Munições
Acessórios
Treinamento

Catálogo Completo:



SIG SAUER™
NEVER SETTLE



Edison Prola

Coronel QOCPM - Comandante-Geral da Polícia Militar de Roraima. Pela segunda vez, assumiu o Comando-Geral da Corporação.

“Mesmo com todo o esforço de nossas forças policiais e do Governo do Estado, se não houver um controle maior em nossa fronteira, com um apoio efetivo do Governo Federal, continuaremos a sofrer as graves consequências desse processo migratório desenfreado.”

Contato:

ascompmrr@gmail.com

FRONTEIRA BRASIL X VENEZUELA

Crise imigratória impulsiona aumento da criminalidade no Estado de Roraima

A grave crise que assola a Venezuela tem preocupado o Governo estadual e as forças policiais que atuam na segurança pública. O número de imigrantes venezuelanos cresce a cada dia e estima-se que mais de 80 mil, segundo dados oficiais, já tenham cruzado a fronteira, o que representa mais de 10% da população (330 mil habitantes na capital), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desde 2015, acompanha-se a chegada desenfreada de venezuelanos, cujo êxodo é motivado pela grave crise política, econômica e social. Apenas no ano de 2017, foram registrados mais de 17 mil pedidos de refúgio, segundo a Polícia Federal. Esse fluxo migratório exige do Governo estadual mais investimentos em infraestrutura, saúde, educação e, principalmente, em segurança pública.

Os índices de criminalidade aumentaram vertiginosamente no estado. Dentre as pessoas vindas da Venezuela fugindo da fome, da miséria e da perseguição política, vieram vários marginais, indivíduos que já praticavam crimes em seu país e que vêm sendo arregimentados por facções criminosas atuantes no estado.

Por conta disso, deparamos-nos diariamente com um grande aumento de todo tipo de ocorrências envolvendo os imi-

grantes, inclusive no interior do estado, como furtos, roubos e homicídios e não há efetivo extra ou dotação orçamentária que consiga suprir essas demandas.

A sensação de insegurança da população tem aumentado e, com isso, a PM tem trabalhado em conjunto com as demais forças policiais de Roraima no combate à criminalidade, sempre visando às ações do crime organizado.

Tem-se, ainda, intensificado as ações e o radiopatrulhamento onde a criminalidade é mais acentuada, de acordo com dados estatísticos. Porém, mesmo com todo o esforço e boa vontade de nossas forças policiais e do Governo estadual, se não houver um controle maior em nossa fronteira, com um apoio efetivo do Governo Federal, continuaremos a sofrer as graves consequências desse processo migratório desenfreado.

Roraima – É o estado mais setentrional do Brasil com aproximadamente 522,6 mil habitantes. Faz fronteira com a República Cooperativa da Guayana e com a Venezuela. A capital do estado, Boa Vista, fica a 750 km de Manaus, capital do Amazonas, e a 220 km da fronteira com a Venezuela, que tem como município limítrofe Santa Elena de Uairén. Já no território brasileiro, o município contíguo é Pacaraima, rota de entrada dos venezuelanos.✪



PM SE REESTRUTURA PARA COMBATER O CRIME NA CAPITAL CARIOCA

Por Carlos Carone



Foto: Divulgação PMERJ

P principal engrenagem em qualquer sistema de segurança pública, a Polícia Militar é a primeira fronteira imposta pelas forças de segurança para manter a lei e a ordem nos estados brasileiros. No Rio de Janeiro não é diferente. Com a intervenção federal instituída por meio do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, a PM acelerou processos que estavam em discussão para recompor o efetivo das tropas e formar novos soldados para combater o crime.

Atualmente, a PM conta com 44.746 homens, quase 2 mil a menos do que havia em 2016. Apesar do dé-

ficit, a corporação possui 21 mil policiais atuando na atividade fim, ou seja, patrulhando as ruas. O número deverá ser incrementado nos próximos meses com a reavaliação em andamento dos PMs que estão afastados do policiamento ostensivo, hoje 29% do efetivo.

Entre 2016 e 2017, a corporação sofreu um duro golpe perdendo 1,7 mil homens em suas fileiras. No entanto, a intervenção conduzida pelas Forças Armadas possibilitou a superação de embaraços políticos que criavam obstáculos e impediam a adoção de medidas voltadas para a recomposição da tropa, como, por exemplo, a de-

volução de parte dos policiais cedidos a outros órgãos públicos e a reestruturação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs).

De acordo com o Comandante-Geral da corporação carioca, coronel Luiz Cláudio Laviano, o efetivo começa a ser recomposto e deverá chegar ao final do ano com uma capacidade operacional satisfatória. “Com o início da recuperação econômica, recebemos sinal verde do governo do estado para reiniciar os cursos de formação de praças e a disponibilidade de recursos para voltarmos a contratar policiais em dias de folga pelo Regime Adicional de Serviço (RAS)”, explicou.

MAIS VIATURAS

Além do material humano, a PMERJ se organizou para reforçar os equipamentos necessários para garantir aplicação do policiamento ostensivo.

Nos primeiros três meses de 2018, a corporação recebeu 750 novas viaturas, sendo 580 veículos sedans e 170 picapes.

Os veículos são essenciais para garantir a cobertura policial em grandes regiões e áreas afastadas, como as cidades em zonas rurais do Estado.

Além disso, a PM renovou o convênio com oficinas credenciadas em todo o estado para recuperar veículos danificados e fazer o serviço de manutenção ao longo do ano. “As Forças Armadas têm nos apoiado muito, tanto na área

de gestão como na área de suprimentos, ajudando a levantar carências em cada uma de nossas unidades operacionais como disponibilizado recursos materiais – veículos blindados, armas e munições”, ressaltou o Comandante-Geral.

“As Forças Armadas têm nos apoiado muito, tanto área de gestão, como na área de suprimentos.”

Comandante Luiz Cláudio Laviano

Há um cálculo, com comprovação científica duvidosa, estimando

que o efetivo ideal para a Polícia Militar do Rio de Janeiro seria de 60.400. O atual comando acredita que é possível atender a demanda com um efetivo menor. “Em relação às viaturas, a nossa frota, hoje de 6.756, poderia ser reforçada em torno de 20%”, analisou o Coronel Laviano.

De acordo com o especialista em segurança pública e Tenente-Coronel aposentado da Polícia Militar do Distrito Federal, George Felipe Dantas, a população vê nas forças de segurança – especialmente na PM – uma solução para todos os problemas, não apenas os de segurança pública. “A PM acaba sendo uma espécie de faz tudo para a sociedade, resolvendo problemas de relação interpessoal entre vizinhos até casos graves que ameaçam uma determinada comunidade”, explica.



PRODUTIVIDADE EM ALTA

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas desde meados de 2016, com a perda acentuada de recursos humanos e materiais, a PMERJ manteve um alto nível de produtividade.

Em todo o ano passado, os militares apreenderam 6.928 armas de fogo, entre elas 382 fuzis. Também foram retirados de circulação mais de 30 mil criminosos (somando prisões e apreensões de menores envolvidos com crime).

“No primeiro quadrimestre deste ano, mantivemos a produtividade do ano passado, que foi bastante positiva. Mas vamos avançar, não

temos dúvidas, na mesma medida da melhoria de nossa capacidade operativa”, garantiu o Comandante.

“No primeiro quadrimestre deste ano, mantivemos a produtividade do ano passado, que foi bastante positiva.”

Comandante Luiz Cláudio Laviano



Fotos: Divulgação PMERJ



Fotos: Divulgação PMERJ

COMBATE AO TRÁFICO E ÀS MILÍCIAS

A PM do Rio de Janeiro atua em uma complexa estrutura socioeconômica e política que resulta em violência. No Rio de Janeiro, não só na capital, mas também em toda a Região Metropolitana e agora no interior, as tropas enfrentam situações peculiares que dificultam ainda mais o combate à criminalidade.

Somados às causas macroeconômicas e da proliferação de armas de fogo sofisticadas que chegam de outros países ao Rio, os policiais lidam com uma disputa sangrenta por territórios envolvendo três facções rivais de traficantes e quadrilhas de milicianos. Essa guerra ocorre nas comunidades, aterrorizando seus moradores, e produz reflexos nas demais áreas urbanas.

A PM enfrenta esse desafio diariamente, promovendo operações

em comunidades, atualmente com apoio de militares das Forças Armadas, e planejando um policiamento ostensivo mais eficiente nas vias urbanas com base nas chamadas manchas criminais. Vale lembrar que na capital do Estado, um terço da população vive em comunidades de baixa renda.

São dois milhões de habitantes vivendo em áreas dominadas territorialmente pelas organizações criminosas. Muitas dessas comunidades, como a Rocinha, por exemplo, estão localizadas geograficamente próximas a bairros nobres. “Ou seja, temos no mesmo espaço urbano uma parcela da população com índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Suíça e uma outra com IDH de um país africano”, ressaltou o Comandante.

INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA

Desde o início da intervenção federal, a PM trabalha para melhorar a capacidade de policiamento preventivo e ostensivo, tendo como meta a redução contínua e permanente dos indicadores estratégicos de criminalidade. De acordo com o ex-Comandante-Geral da corporação, coronel Wolney Dias, antes da chegada dos interventores, já havia o planejamento para integrar as forças de segurança.

“Existe o estímulo a uma integração maior com outros órgãos de segurança pública que estão sob a responsabilidade do Gabinete de Intervenção Federal (GIF) – Polícia Civil, Bombeiros e a Secretaria de Administração Penitenciária”, resumiu.

Entre 1º de janeiro e 25 de julho de 2018, 62 policiais foram mortos no Rio de Janeiro

Um ponto crítico, que preocupa as autoridades regionais e federais, é a morte de policiais no Rio de Janeiro. Entre 1º de janeiro e 25 de julho de 2018, 62 militares perderam a vida nas ruas do Rio de Janeiro. Em relação à vitimização de policiais, a corporação lida com esse desafio há pelo menos duas décadas.

RAIO-X DA PMERJ



APRIMORAMENTO

Na maioria dos casos, os policiais morrem em tentativa de assalto, vítimas da violência como qualquer cidadão, mas com um agravante: ao ser identificado como agente da lei é sumariamente executado pelo criminoso. O 62º policial morto era o soldado **Jorge Lucas da Silva Torquato de Araújo, de 23 anos.**



Fotos: Facebook pessoal

Ele atuava na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Caju e estava em operação na Palmeirinha pelo Regime Adicional de Serviço (RAS). Lucas foi atingido por um tiro na cabeça e na axila. Chegou a ser socorrido, mas não resistiu. A PMERJ oferece 5 mil por informações que levem à prisão dos envolvidos.

“Reverter este cenário inaceitável é uma prioridade absoluta. Atuamos em duas frentes para capacitar nossa tropa a enfrentar essa situação, tanto em serviço, como na folga”, apontou o atual Comandante.

Para os policiais em serviço, a PM intensificou o Estágio de Aplicação Tática (EAT), agora com o suporte do Exército, que disponibilizou recursos humanos e materiais para o treinamento da tropa. Para preservar a vida dos policiais que estão de folga, foi incluído na formação das tropas o curso de saque e porte velado de armas de fogo.

Além disso, todos os policiais que atuam em unidades da Região Metropolitana já podem solicitar o acautelamento de coletes balísticos e levar para casa o equipamento de proteção individual. Esse benefício será estendido também para os policiais do interior. ☎



Luiz Fernando Ramos Aguiar

Major da PMDF

“Uma diferença fundamental separa a excelência do modelo policial francês em contraposição à heresia tupiniquim no Brasil: o ciclo completo de polícia garante uma enorme economia de tempo, de recursos e a redução da impunidade.”

Contato:

lfmeganha@gmail.com

A INQUISIÇÃO BRASILEIRA E O MODELO POLICIAL FRANCÊS

Qualquer agravamento na situação da segurança pública leva inevitavelmente a uma caça às bruxas onde o sistema policial nacional é previamente condenado. Fundamentados em esquemas ideológicos e/ou políticos, os inquisidores teimam em exorcizar as PMs ou insistem em uma reforma unificadora que colocaria as Polícias Cíveis e Militares irmanadas em uma confraria única. Não podem estar mais errados. Vejamos o sistema policial francês.

Na França, como no Brasil, duas corporações são diretamente responsáveis pelo patrulhamento ostensivo, polícia preventiva, e pelas investigações criminais, polícia repressiva. As duas atuam de forma simultânea em todo o território nacional, com independência administrativa e organizacional, comandos independentes e cultura corporativa singular. Uma força é militar, com as restrições próprias dos regimes castrenses, enquanto a outra é civil, onde os policiais gozam dos direitos trabalhistas, como sindicalização e greve. Mais ou menos como estão organizadas as forças nos estados brasileiros, que podem ser utilizados como referência, dadas as dimensões geográficas da França que, com 643.801 km², é um pouco maior que a Bahia (564.733 km²) e bem menor que o Pará (1.247.954 km²).

A Gendarmerie Nationale é uma polícia nacional, de organização militar, considerada a 4ª força militar da França, um exército interno. Sob a égide do Ministério do Interior, é responsável pela polícia ostensiva, judiciária, assistência aos cidadãos, aplicação da lei e participa da defesa do território.

Tem 155 mil homens e atua em áreas de baixa densidade populacional.

A Polícia Nacional é de natureza civil, mas de organização paramilitar, usa fardas, patentes e graduações. Sob o Ministério do Interior, responde pelo exercício das funções policiais nas zonas urbanas mais densamente povoadas. Conta com 150 mil homens, sendo 70% uniformizados. Apesar da natureza diferente, as duas polícias atuam de forma concorrente e pode existir sobreposição.

O modelo europeu apresenta estrutura muito semelhante ao do Brasil, mas uma diferença fundamental o separa da heresia tupiniquim: as corporações não dependem uma da outra para dar início ou continuidade em seus processos, o que representa uma enorme economia de tempo e recursos e diminui a impunidade. É o que chamamos de ciclo completo de polícia, sistema utilizado em todo o globo, com exceção do Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

O exemplo francês ajuda a perceber que não é a existência de duas corporações ou a “pecaminosa” estrutura militar que levam ao inferno. Fatores concorrentes, do sistema Judiciário, penal e das condições sociais conduzem ao aumento da violência. Se a melhora do sistema é fundamental para a reversão do quadro dantesco, a fogueira não deve consumir as estruturas que, bem ou mal, funcionam, mas dotar as corporações de independência funcional, autonomia de processos e delimitação precisa nas áreas de atuação. Para isso, é preciso corrigir o sistema esquizofrênico nacional queimando a bruxa certa, o ciclo incompleto de polícia. ☞



SEGURANÇA DO PARANÁ SOB O COMANDO DE MÃOS FORTES E FEMININAS

Primeira mulher a assumir o comando-geral da Polícia Militar do Paraná, a coronel Audilene Rocha falou com exclusividade à Revista CNGC

Por Bianca Smolarek, direto de Curitiba - PR



Foto: Marcelo Elias

Foi logo após um encontro com a governadora Cida Borghetti que a Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, coronel Audilene Rocha, recebeu a reportagem da Revista CNGC. Antes de começar a entrevista, pausa de três minutos para atender uma equipe de televisão do litoral que foi perguntar sobre a segurança em Paranaguá. Naquele mesmo dia, a corporação comandada por ela já havia anunciado quatro prisões por envolvimento em homicídio, oito por roubo de veículos e mais uma por assalto envolvendo um monitorado por tornozeleira eletrônica.

“Tá vendo esse arranjinho? Fui eu que fiz”, comentou ela ao se sentar na cadeira de comando. A sua frente, duas garrafinhas e flores que compunham uma decoração branca, rosa e lilás montada por ela. Atrás, na parede, a imagem séria do patrono da PMPR, coronel Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento, famoso por lutar na Campanha do Contestado, em 1912, na qual foi ferido no olho.

“O pessoal não imagina, mas eu cozinho, eu bordo, vou ao mercado e sei passar e lavar”, brincou ela, já antecipando parte da conversa. No dia 11 de março de 2018, aos 52 anos, a Coronel Audilene Rocha se tornou a primeira mulher a assumir o posto de Comandante-Geral da PMPR em toda a



história da corporação. Vem daí a rapidez em mencionar o “toque feminino” que o gabinete recebeu nos últimos tempos e a certeza de que a ruptura e simbolismo em torno da sua nova função seriam a pauta da entrevista.

Em 1985, ao ingressar como cadete na Academia Policial Militar do Guatupê, ela jamais imaginaria ser possível chegar ao Comando-Geral. “Ao longo da carreira eu nunca pensei nessa possibilidade. A ideia só foi passar pela minha cabeça em 2011, quando fui nomeada Chefe do Estado Maior da PMPR”, conta a Comandante.

“No início, resisti. Já trabalhei próxima a dois Comandantes-Gerais e sei o peso dessa cadeira. Mas aos poucos, ouvindo as pessoas que trabalhavam comigo, que diziam ser o caminho natural a percorrer, fui me preparando e conversando com Deus”. Evangélica e extremamente ligada à questão da fé, a coronel Audilene diz ter recebido uma graça divina, por meio de profecia, que lhe deu certeza da sua missão em comandar as tropas. “Desde eu então eu não temi o desafio”.

Nascida em Terra Rica, mudou-se para Assis Chateaubriand aos quatro anos. Única mulher entre cinco irmãos, sempre teve na mãe seu exemplo de força feminina. “Minha mãe sustentou a família como oleira e nunca me deixou acreditar que existia algo que eu não pudesse fazer por ser mulher”, lembra a Coronel, que hoje é casada e mãe de Hadassa, de 15 anos, para quem tenta passar essa mesma força e inspiração (e para quem prepara sempre o melhor bolo de chocolate do mundo, segundo a filha).

De onde surgiu sua vontade de ser policial? Como foi essa decisão?

Na minha infância havia poucas viaturas da polícia por aí. Os policiais caminhavam na rua e por algumas vezes eu os vi em ação. Na minha concepção, essas intervenções sempre foram para ajudar pessoas que estavam sendo agredidas ou em perigo. A ideia de ajudar as pessoas sempre me agradou. Anos depois, um dos meus irmãos veio fazer curso de sargento em Curitiba e soube que havia possibilidade de mulheres ingressarem nesse curso. Fizemos então uma reunião familiar e meu irmão mais velho foi contra, por eu ser mulher. O do meio achava que eu deveria ir. Eu não ligava para a questão do gênero. Todos concluímos, inclusive minha mãe, que as oportunidades onde eu estava eram poucas e que eu precisava ter uma carreira. Então eu vim.

Qual foi o maior desafio enfrentado dentro da corporação por ser mulher?

O maior desafio fui eu mesma. Eu precisava me superar. Eu sabia que teria que abrir os caminhos que me levariam à frente e ainda serviriam para todas que viessem depois de mim. Tanto é que, à medida que assumi cargos de chefia, fui colocando policiais femininas em todas as funções, como motociclistas, motoristas de viatura e até na Ronda Tático Motorizada (Rotam). Fui a primeira mulher a ser chefe da Inteligência no interior do estado e levei mais mulheres para lá também. Acredito que a mulher pode ser uma profissional tão boa quanto o homem e agregar seus conhecimentos e suas percepções nessas funções.



Fotos: Marcelo Elias



“Minha mãe me deu uma educação de sobrevivência. Para resistir num mundo que tinha dificuldades. Sempre entendi que deveria superar as minhas próprias limitações.”

Como lidar com a resistência e até a surpresa dos homens ao ver uma mulher em funções antes exclusivamente masculinas?

Lembro da primeira vez que fui escalada para trabalhar à noite e os homens acharam muito estranho, porque mulher só trabalhava de dia. Na época, houve uma denúncia de invasão de um imóvel e fomos para lá. A casa estava trancada e, para entrar, meu parceiro pulou o muro. Eu usava saia, meia fina e sapato, mas não titubeei e pulei também! Eu percebia que os colegas homens observavam para ver minha reação nesses momentos, mas eu sempre segui como se fosse uma situação totalmente normal. Outro marco foi quando fiz o meu primeiro comando em jogo de futebol. A sala do trio de arbitragem ficava nos fundos do vestiário e eu precisava chegar lá. Pedi ao motorista que avisasse os jogadores que uma mulher entraria, mas acho que não acreditaram. O tempo estava passando, eu precisava realizar a ação e entrei. Foi aquela correria para se enrolarem nas toalhas, mas depois todos se acostumaram com essa nova rotina. Eu, sinceramente, dou risada.

Já enfrentou algum caso de machismo grave na profissão?

Grave não. Sou muito rígida e respeitosa com subordinados e chefias e nunca tive um problema sério. Mas já respondi à altura as brincadeiras e piadinhas inconvenientes e também nunca me vitimizei por ser mulher, porque jamais vi minha mãe fazer isso. Na família, trabalhávamos em olaria, vendíamos tijolos, estávamos entre homens na cerâmica, então nunca fui criada para me “encolher” diante de uma situação assim. Minha mãe me deu uma educação de sobrevivência, para resistir num mundo que tinha dificuldades. Sempre entendi que deveria superar as minhas próprias limitações. O machismo vem de toda a sociedade, não apenas do policial homem. Às vezes vem até de mulheres. Acredito que meu diferencial foi ter tido uma mãe que me criou com igualdade e os mesmos direitos que meus irmãos homens. Essa igualdade começa em casa, na infância, na criação das pessoas.✦

TECNOLOGIA A FAVOR DA SEGURANÇA PÚBLICA

Polícias Militares e Corpos de Bombeiros têm investido cada vez mais no uso de tecnologias. A intenção é otimizar os serviços prestados à população

Por Paloma Batista

“O uso da tecnologia na segurança pública não substitui o trabalho do policial, porém traz agilidade para todas as ações efetuadas pelo profissional de segurança”. Essa é a opinião de Cássio Tione, presidente do Conselho Administrativo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E é nesse sentido que as forças de segurança brasileiras têm investido, sempre em busca de inovação tecnológica. Os bons exemplos vêm do Distrito Federal e de Santa Catarina.

A última localidade, por exemplo, tem a Polícia Militar considerada a mais digital da América do Sul, segundo o chefe de gabinete do Comandante-Geral da PMSC, Coronel Martínez Hipólito. “Os nossos processos e atendimentos são todos informatizados, o que traz uma maior dinâmica na garantia de segurança à população”, afirma.

A PM de Santa Catarina foi a primeira da Federação a registrar o Termo Circunstanciado para crimes de menor potencial (Leia no Box), atividade essa que, na maioria dos estados, é feita exclusivamente pela Polícia Civil.

Lá, os protocolos que, antes eram feitos em papel e a parte da comunicação feita pelo rádio transmissor, foram substituídos por um aplicativo instalado em tablets e smartphones.

Isso garantiu a redução pela metade do tempo de atendimento de uma ocorrência, segundo a corporação. O sistema permite também acesso a câmeras de monitoramento, informações de procurados e localização de viaturas mais próximas.

Uma impressora instalada no veículo disponibiliza o boletim de ocorrência na hora. “A tecnologia permite que as equipes atendam as ocorrências com mais agilidade. Além disso, temos outro diferencial – um caminho direto com a justiça, quando registrados crimes de menor potencial”, explicou o Coronel Martínez.

Assim como a PM, o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina também tem investido na aquisição de equipamentos e no

uso das novas tecnologias. Por exemplo, a aquisição única no Brasil de uma Câmara Hiperbárica, que simula altas pressões e é usada em operações de mergulho. O equipamento é móvel e acompanhado de um caminhão que possibilita o seu transporte por todo o estado catarinense. Além do mergulho, ele pode ser usado em treinamento e em tratamento de doenças descompressivas.

Outro destaque é o caminhão Roll-on-off, que permite uma versatilidade no uso com alteração da parte superior. De acordo com a corporação, esse mesmo equipamento pode ser usado em atividades de combate a incêndio estrutural, combate a incêndio florestal e ajuda humanitária, dentre outras áreas de atuação.



Para agilizar

O presidente do Conselho Administrativo do Fórum de Segurança Pública Brasileiro, Cássio Tione, acredita que o uso de tecnologias é positivo no sentido de aprimorar o trabalho das corporações.

“O exemplo de Santa Catarina é importante na questão do ciclo completo, onde os militares podem, ali mesmo, fazer as ocorrências de menor potencial, assim evitando o sobrecarregamento da Polícia Civil”, argumenta.

O especialista também considera que o uso de tecnologias permite o mapeamento inteligente de áreas com mais agilidade. “O sistema como um todo já cria um mapa da criminalidade”.

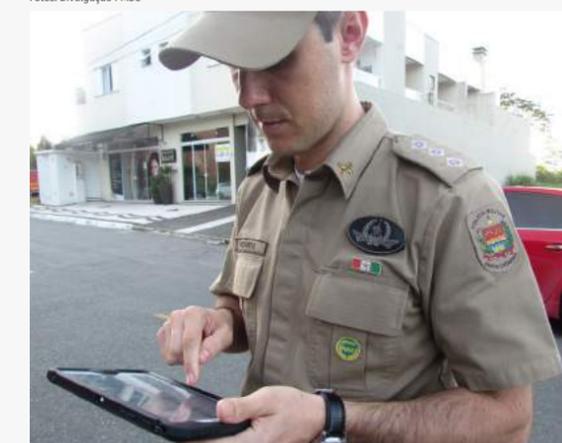
Já, com relação aos Bombeiros, a opinião de Tione não é diferente. “Hoje há equipamentos cada vez mais tecnológicos que reduzem o tempo de resposta das ações dos bombeiros. Isso é fundamental para a garantia de segurança da população”, acrescenta.

Apoio no céu

O uso de drones vem ganhando força nas instituições de segurança pública. Os bombeiros de Santa Catarina fazem o uso dessas aeronaves não tripuladas em operações de busca terrestre, operações com cães e incêndios florestais.

No Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros foi a primeira corporação a usar os drones para monitorar as queimadas, que são bem presentes na capital do país, entre maio e setembro. Em seguida, a PMDF começou a usar a tecnologia em operações especiais, como no monitoramento de grandes eventos, tais como as manifestações populares na Esplanada dos Ministérios.

Fotos: Divulgação PMSC



Registros pelas Polícias Militares

O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) é um documento de registro de contravenções e infrações penais de menor potencial ofensivo. A realização do TCO pela Polícia Militar e outras corporações como DER, PRF e Detrans tem o intuito de reduzir o tempo gasto com registros de ocorrência e reduzir a subnotificação, que acontece quando o cidadão deixa de fazer o registro do crime na delegacia. O TCO é um documento mais elaborado do que o Boletim de Ocorrência e se constitui em peça que substitui o inquérito policial, lavrado no próprio local de atendimento do fato pela PM. Com o TCO lavrado pela PM, quando a narrativa do crime é encaminhada ao juizado especial, diminui a demanda de trabalho da Polícia Civil e evita desgastes das partes envolvidas que não precisam se expor a criminosos de natureza mais grave em uma delegacia. O documento continuará a ser lavrado em uma delegacia de polícia, caso o cidadão a ela recorra. São exemplos de crimes menores, a lesão corporal de natureza leve, omissão de socorro, calúnia, dentre outros. +

TECNOLOGIA ONSTAR É ALIADA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Solução oferece assistência na recuperação de veículos roubados e pode acionar automaticamente os serviços de emergência

Por Paloma Batista

Imagine estar dirigindo por um local desconhecido e precisar de ajuda para se localizar. Apertando um botão no carro, é possível contatar uma central que provê coordenadas de destino e acompanha você ao longo do trajeto para que receba auxílio, caso necessário. Se um dos ocupantes do veículo necessitar de assistência médica, os atendentes da central podem entrar em contato com serviços públicos de emergência e fornecer informações importantes

como, por exemplo, a localização do veículo para que o socorro chegue o mais rápido possível.

Estas são apenas algumas funções da OnStar, serviço de assistente pessoal desenvolvido pela Chevrolet. Operado por meio de três botões de fácil acesso no veículo, o sistema é capaz de detectar situações de colisão e possíveis furtos e invasões, além de funcionar como sistema de monitoramento em casos de roubo.



Atendentes da central recebem chamados dos condutores 24 horas por dia e, quando necessário, fazem a conexão com as forças de segurança, tornando esta tecnologia uma aliada ao trabalho das corporações militares.

Criada em 1996 nos Estados Unidos, a OnStar iniciou a operação no Brasil em 2015 e oferece uma série de funcionalidades para os usuários, sendo possível solicitar informações sobre rotas e esta-

belecimentos próximos – como bancos e farmácias, reservar restaurantes e hotéis, ter acesso a detalhes turísticos, entre muitas outras opções. Tudo via ligações telefônicas à central.

Um dos grandes diferenciais, no entanto, são as vantagens de segurança, como explica o coordenador de Relações com Organismos de Emergência na América do Sul da OnStar, Juan José Martres. Segundo ele, os carros da marca são equipados com sensores capazes de detectar possíveis furtos e invasões. Quando algum deles é ativado, a central recebe um alerta para verificação e confirmação do incidente. “Caso seja confirmado o roubo, os atendentes entram em contato com as autoridades competentes”, detalha. O cliente tem a responsabilidade de solicitar o Boletim de Ocorrência e a OnStar cuida do restante. O sistema conta, ainda, com tecnologia de monitoramento que pode auxiliar os policiais a localizar o veículo roubado. Em 2017, a taxa de recuperação de veículos foi superior a 99%.

A OnStar conta, ainda, com um botão vermelho especial que serve para conectar os usuários à central de atendimento em casos de urgência. Sensores do veículo podem detectar automaticamente o acionamento dos airbags e um alerta será enviado automaticamente à central, mesmo que os passageiros não tiverem condições de pedir ajuda. “Então, os atendentes repassam todas as informações para os serviços de emergência, incluindo a localização do veículo”, diz Martres.

Para aumentar a eficiência do produto, a marca tem estabele-

lecido relação com corporações militares de todo o país. Segundo Martres, o objetivo é apresentar o produto e explicar como funciona. “Assim, quando policiais, bombeiros e/ou militares do SAMU receberem alguma ligação da central do OnStar, saberão que é uma emergência. A intenção do serviço é colaborar com as autoridades”, acrescenta.

Toda a linha de veículos da Chevrolet oferece a tecnologia OnStar e os clientes têm os primeiros 6 meses de serviço gratuitos a partir da compra do veículo novo. “Depois, os usuários podem renovar a assinatura e escolher entre três planos, cujos preços variam de R\$ 50 a R\$ 80”, esclarece a Gerente de Planejamento da OnStar, Gisele Tonello. Atualmente, são cerca de 130 mil clientes ativos no país.

Além das funções de navegação e segurança, a OnStar oferece vários outros benefícios. A tecnologia permite, por exemplo, que o cliente tenha acesso remotamente a informações como quilometragem, pressão dos pneus e condições dos sistemas do veículo por meio de um aplicativo ou via web. Se desejar, o proprietário pode usar a plataforma para entrar em contato com a concessionária para agendar um serviço. O app também pode ajudar o proprietário a encontrar o veículo estacionado e, inclusive, é capaz de travar e destravar as portas remotamente, caso as chaves não estejam disponíveis. “A ideia é que as opções oferecidas pela Onstar continuem sempre sendo ampliadas”, completa Gisele. ☼

ONSTAR EM NÚMEROS



100 MIL
CHAMADAS ATENDIDAS POR MÊS NO BRASIL PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO



1,75 BILHÃO
CHAMADAS ATENDIDAS NO MUNDO DESDE A SUA CRIAÇÃO



130 MIL
CLIENTES ATIVOS NO BRASIL



14 MILHÕES
DE CLIENTES ATIVOS NO MUNDO





Thiago Gomes Nascimento

PhD em Ciências de Gestão pela Université d'Aix-Marseille, na França, e Doutor em Administração pela Universidade de Brasília. Capitão QOPM da PMDF e Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais.

“O Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF realizará o I Congresso Internacional de Ciências Policiais, em Brasília, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2018, um espaço de interlocução entre policiais, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas.”

Contato:

tgn.1980@gmail.com

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS POLICIAIS

As polícias são instituições concomitantemente gerais, presentes em todas as sociedades modernas e particulares em virtude de diferenças históricas de seus significados, constituição e configuração. Além disso, essas agências ocupam uma posição controversa no debate político atual: são instituições públicas altamente conhecidas e criticadas e, ao mesmo tempo, pouco compreendidas e problematizadas.

A relevância das ciências policiais está amparada no fato de que o saber e a prática policial, que estão embasadas no mandato policial, implica o uso coordenado e articulado de recursos, conhecimentos, processos, pessoas, regras e leis visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Portanto, uma polícia pautada pelo império da lei e sob o consentimento social é uma aquisição civilizatória e contribui para a paz e para o desenvolvimento social do país. Também impulsiona relações sociais apoiadas em valores e princípios éticos e morais, inclui o respeito às leis e normas que regem essas relações e o reconhecimento dos direitos de grupos sociais e de indivíduos.

Diante disso, o Instituto Superior de Ciências Policiais da Polícia Militar do Distrito Federal resolveu, no cenário brasileiro, ser protagonista da nova ciência policial. A ideia é a criação de uma nova ciência com objeto de estudo transversal, interdisciplinar e multidisciplinar, assentada numa sociedade de riscos e de mudanças que geram

a necessidade de uma atividade de polícia centrada nas pessoas, conforme os artigos 1º e 5º da Carta Constitucional Brasileira. Neste sentido, a ciência policial tem como objeto a atividade policial que abrange o ser polícia e o ente polícia, na medida em que estes são resultados da atividade de polícia em todas as suas dimensões, sejam elas, filosóficas, culturais, sociais, jurídicas e políticas.

Para o desenvolvimento da Ciência Policial, o Instituto Superior de Ciências Policiais realizará o I Congresso Internacional de Ciências Policiais, que ocorrerá em Brasília, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2018. O I Congresso Internacional de Ciências Policiais (I CICIP 2018) constitui um espaço de interlocução entre policiais, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas, operadores do Direito e alunos de cursos de graduação e de pós-graduação interessados nesse tema. O evento privilegiará o debate aprofundado entre os participantes a respeito dos temas do congresso e possui os seguintes objetivos: ampliar o conhecimento sobre Ciências Policiais; estimular a formação de redes de cooperação, com troca de experiências a respeito de inovações e boas práticas entre os interessados sobre ciências policiais; disseminar o conhecimento sobre inovações e boas práticas em organizações policiais; e organizar e divulgar de forma ampla o conhecimento acumulado a respeito das Ciências Policiais. ☎



SIG SAUER DESEMBARCA NO BRASIL TRAZENDO ARMAS DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA

Por Joana Wightman

Mais do que equipar a segurança pública de um país com armas de última geração, a proposta da fabricante alemã SIG Sauer é prestar assistência, troca de peças e serviços de manutenção com garantia praticamente vitalícia. Hoje as pistolas e fuzis da SIG Sauer são usadas pelas equipes de segurança do Papa Francisco, do presidente da Rússia, Vladimir Putin, e do primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan.

A qualidade do equipamento, que é referência mundial, agora chega ao Brasil. As polícias militar e civil do estado do Ceará serão as primeiras do país a usar pistolas da SIG Sauer. Isso porque o Ceará foi o primeiro estado brasileiro a realizar uma licitação internacional para a compra de armas de empresa estrangeira.

“Foi um processo conduzido com lisura e transparência que contou com a participação de quatro empresas. Toda a avaliação foi baseada em critérios técnicos e a SIG Sauer foi a vencedora”, explica o procurador e representante comercial da SIG Sauer no Brasil, Marcelo Costa. No total, a secretária de Segurança Pública do Ceará adquiriu 14 mil unidades de pistolas de dois diferentes modelos. A entrega do primeiro lote, com cerca de três mil unidades, foi feita no final de julho e a previsão de entrega do restante é até dezembro deste ano. Especializada em forças especiais em âmbito mundial, a SIG Sauer atua como uma marca global, mas com foco

no seu cliente local. O comprometimento com a satisfação do consumidor vai além da compra. A empresa presta serviço de treinamento e manutenção de peças e partes por até 10 anos ou mais, dependendo do modelo. “Após a compra, a empresa se mantém próxima ao cliente para vivenciar junto com ele sua experiência com o produto. A partir da necessidade dos consumidores é que desenvolvemos novos produtos”, destaca o representante da companhia no Brasil.

Somente o Departamento de Desenvolvimento de Armamentos da SIG Sauer investe U\$ 40 milhões por ano em novas tecnologias. A empresa registra crescimento de 30% ano e atua como fornecedor exclusivo das Forças Armadas dos Estados Unidos, com armamentos distribuídos entre Exército, Marinha e Aeronáutica. Atualmente as armas fabricadas pela SIG Sauer estão presentes em 14 exércitos no mundo, abrangendo um total de 250 forças policiais. No Brasil, a empresa começou sua inserção pelo Ceará e já mira investimentos para aumentar sua participação no mercado. A companhia já decidiu pela criação de uma indústria e o projeto está em avaliação com as autoridades brasileiras. “A SIG Sauer enxerga o Brasil como um mercado potencial. Temos 10 fábricas em todo o mundo e o maior contrato de fornecimento de fuzis do planeta, serão entregues até sua fase final, um total de 800 mil unidades para a Índia”, detalha Marcelo Costa. ☎

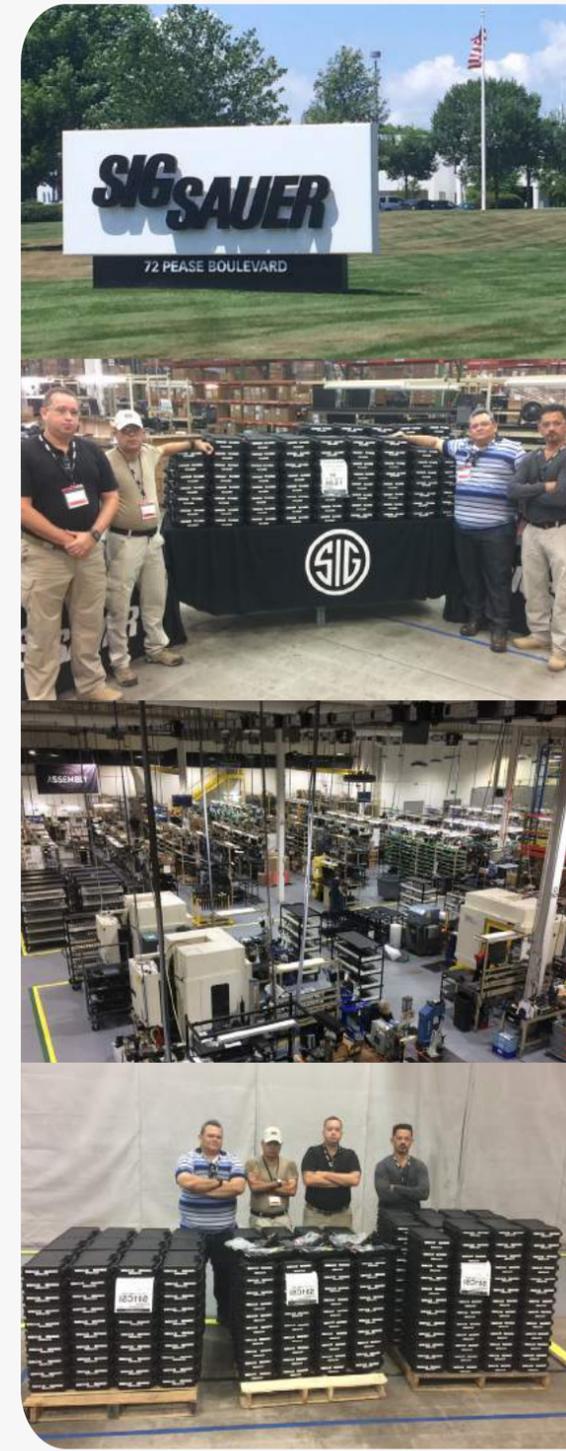


Foto: Divulgação SIG Sauer



ANSIEDADE E DEPRESSÃO PODEM LEVAR AO AFASTAMENTO DE MILITARES

Transtornos psicológicos são uma das principais justificativas de licenças médicas dentro das corporações. Especialistas alertam para a importância do cuidado com a saúde mental

Por Paloma Batista

Situações de risco, pressão e estado de vigilância constantes fazem parte do dia a dia de profissionais de segurança. Se não tomados os cuidados necessários, o estresse rotineiro pode levar a grande desgaste mental e emocional, além de transtornos mais graves. É o que demonstram levantamentos recentes. Em 2017, pelo menos 1.163 bombeiros, policiais militares e civis foram afastados no Distrito Federal, por questões psicológicas. No Rio de Janeiro, a Polícia Militar concedeu 8.277 licenças psiquiátricas no ano passado – um aumento de 61,5% em relação a 2015. No Ceará, foram 23.626 licenças para bombeiros e policiais, de 2011 a 2016. Especialistas destacam a importância da prevenção e do apoio dentro das corporações.

De acordo com o psiquiatra clínico Jorge Salim Rizk, a ansiedade é um dos males mais comuns entre profissionais da segurança pública. “Militares precisam lidar diariamente com emergências e altos níveis de tensão que podem causar uma sobrecarga e levar ao desenvolvimento de problemas como síndrome do pânico, transtorno obsessivo compulsivo e ansiedade generalizada”, detalha.

Traumas ligados ao trabalho, como acidentes, lesões e morte de colegas podem desencadear, ainda, quadros de depressão. “Para piorar, policiais e bombeiros costumam ter rotinas de trabalho intensas, com muitas horas de serviço e plantões que podem gerar atritos na vida pessoal, como no ca-

samento ou com os filhos, o que acaba tornando a situação ainda mais delicada”, completa Rizk.

Segundo o psiquiatra, pessoas com saúde mental fragilizada também correm o risco de sofrer outros problemas relacionados, como insônia ou alcoolismo. “O consumo de bebidas alcólicas pode ser visto como uma saída para relaxar e descontraí-las, mas, em excesso, pode aumentar a impulsividade e a descarga de frustrações de forma negativa”, aponta Rizk. Doenças psicológicas podem acarretar, inclusive, sintomas físicos, como dores musculares e nas articulações, enxaquecas, gastrite e úlceras, além de aumentar as chances de doenças cardiovasculares.

Se não tratados corretamente, transtornos psicológicos podem ter impacto considerável no desempenho de profissionais da área militar. “As capacidades de memória, concentração e pensamento lógico são afetadas, o que pode influenciar na forma em que policiais e bombeiros reagem às situações de risco com que precisam se deparar no trabalho”, alerta Rizk.

Nos casos mais graves, doenças mentais podem até levar os pacientes a cometer suicídio, uma questão alarmante e pouco discutida dentro das corporações militares. De acordo com pesquisa divulgada em 2016 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Suicídio e Prevenção, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 224 policiais militares entrevistados, 10% disseram ter tentado suicídio e 22% afirmaram ter pensado em suicídio em algum momento.

De 1995 a 2009, foram registrados 58 casos de suicídio de PMs no Rio de Janeiro e mais de 36 tentativas. Do total de mortes, três ocorreram em serviço e 55 nas folgas. Foram, em média, três suicídios a cada ano. Em São Paulo, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública, 228 agentes de segurança se suicidaram nos últimos dez anos – uma morte a cada 17 dias. Dessas ocorrências, 182 foram entre policiais militares ou bombeiros (79,8%).

Para Rizk, um agravante é o preconceito que ainda existe no setor a respeito de procurar atendimento psicológico e psiquiátrico. “Muitas vezes, militares temem

expor essas fragilidades, devido à cultura do meio, que valoriza a força e a resistência. Mas é necessário entender que eles são pessoas suscetíveis como quaisquer outras”, diz. O psiquiatra acrescenta que profissionais da área de segurança podem também ter medo das repercussões de expor algum problema de saúde mental, como ser afastado do cargo ou ter o porte de arma suspenso.

O fortalecimento das redes de atendimento médico dentro das corporações e a promoção de campanhas são essenciais para prevenir problemas de saúde física ou mental entre militares, segundo Rizk. “Além de poder ter acesso a tratamentos e terapias, é importante que os profissionais sejam orientados sobre outras formas de lidar com a tensão, como atividades físicas e de relaxamento”, recomenda. †

“É importante entender que policiais também estão suscetíveis a transtornos psicológicos como qualquer pessoa e isso precisa ser prevenido ou tratado”.

Jorge Salim Rizk, psiquiatra clínico



SERVIÇO

O Centro de Valorização da Vida (CVV) presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção de atentados contra a própria vida, de forma sigilosa e em total anonimato.

Para buscar o serviço:

Disque 188
ou acesse
www.cvv.org.br





Steevan Oliveira
Capitão da PMMG

“Após forte articulação do CNCG, o Brasil passou a integrar a FIEP, uma Associação Internacional de cooperação de forças policiais militares, capaz de levar adiante projetos comuns e proporcionar atividades conjuntas entre os países-membros.”

Contato:
steevan.oliveira@gmail.com

ORIGEM DA FIEP E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Recentemente o CNCG tem conseguido diversas oportunidades para as Forças que o integram. Cursos em Portugal, Itália e Romênia; encontro mundial de Comandantes de academias militares na Turquia; rede de trabalho de Comandantes de unidades de operações especiais; exercícios conjuntos de contraterrorismo. Muitas delas alcançadas pela participação do CNCG na FIEP. Mas o que é FIEP e como ocorreu o ingresso do Brasil nessa associação?

Em um contexto de desafios às polícias de natureza militar na Europa, algumas forças decidiram expandir seus horizontes para além das fronteiras nacionais. Assim, em 1994, a Gendarmeria Francesa, os Carabineiros da Itália e a Guarda Civil espanhola decidiram unir esforços para a criação de uma rede de cooperação internacional, capaz de levar adiante projetos comuns e propiciar o intercâmbio. Em 1996, a Guarda Nacional Republicana, polícia militar portuguesa, se integrou à Associação. Assim, estava criada a FIEP, nomenclatura formada a partir do acrônimo dos nomes dos primeiros quatro países (França, Itália, Espanha e Portugal).

Ao longo dos anos, Turquia, Holanda, Marrocos, Romênia, Argentina, Chile, Jordânia, Qatar e Tunísia também se associaram. Em 2017, mesmo ano da admissão do Brasil por intermédio do CNCG, ingressaram Ucrânia e Djibuti.

Atualmente, a FIEP possui três categorias de membros: observadores, associados e plenos. Observador é o status que fica o país desde sua admissão formal até sua aceitação como membro associado ou pleno. Associado

é a situação dos países que não pertencem ao eixo Europa-Mediterrâneo, após completarem o período de observação. Até outubro de 2016, a entidade se chamava Associação Internacional de Gendarmarias e Polícias de Natureza Militar da Europa e do Mediterrâneo, entretanto, a restrição geográfica foi retirada do nome, com marcante participação do CNCG nos debates.

Em outubro próximo, provavelmente essa alteração da nomenclatura também passará a vigor para toda regulamentação da FIEP, colocando os países em igualdade, um avanço que conta com a participação do CNCG. Com a mudança, o Brasil contará com os mesmos direitos e obrigações dos demais. E qualquer país aceito como observador, após o período avaliativo, será membro pleno.

Os primeiros passos para o ingresso do CNCG realizaram-se em 2015, na presidência do Cel Sílvio Benedito Alves, da PMGO, e o pedido de ingresso formal se deu na presidência do Cel Bianchini, da PMMG. Em 2016, o Brasil passou a ser membro observador na reunião de cúpula da FIEP, em Bucareste.

Desde então, o CNCG indicou o representante brasileiro para as reuniões e, em 2017, o Brasil elevou-se à membro associado, sob a presidência do Cel Nunes, da PMDF. Com a provável queda da barreira geográfica entre os membros, alcançará a partir de outubro próximo, o status de membro pleno. Como tal, essa participação oportuniza contato direto do CNCG com quaisquer das forças integrantes da FIEP, disponíveis para intercâmbios, cursos e atividades conjuntas. ✪



SEGURANÇA & CIDADANIA, A PAUTA DA SOCIEDADE NA TV

Por Bruna de Castro

No ar desde março de 2018, o programa televisivo de entrevistas Segurança & Cidadania apresenta como temática central a segurança pública no Brasil, não só pelo viés da relação polícia-crime, mas sob a ótica social, política, econômica e humana.

Transmitido aos sábados, às 6h, pela rede de televisão Gênese, o programa possui abrangência nacional na TV aberta, em canais por assinatura e no canal do YouTube.

O diretor do programa, Coronel da PMDF Maurício Gouveia, destaca a iniciativa inovadora do CNCG, que busca inserir novos atores sociais na discussão sobre os temas da segurança pública. “Os debates são sempre em alto nível, sob as diversas perspectivas para a construção de soluções alcançáveis”, explica.

Com uma equipe de produção profissional e multidisciplinar, o Segurança & Cidadania busca temas que envolvem o contexto da cidadania. “Nas reuniões de pauta, discutimos assuntos como a falta de planejamento urbano, equipamentos modernos nas viaturas, telecomunicações e acesso democrático, escolas, drogas, violência etc”, afirma o editor do programa, Major da PMDF Leonardo Fernandes, ao ressaltar que “por ser um ano eleitoral, em 2018, os temas ganharam ainda mais força junto à sociedade”.

O Major elenca três programas que geraram discussões bastante produtivas: as entrevistas com o então Secretário Nacional de Segurança Pública, General Carlos Alberto dos Santos Cruz; com o Coronel Elias Miler da Silva, da PMESP; e com a advogada Isabella Pantoja, que trabalha com condomínios, e falou da sua relação com os conflitos diários entre condôminos. ✪



A âncora, Tenente Elisângela de Paula e Silva, entrevista o então Secretário Nacional de Segurança, General Santos Cruz



Charge discutida durante a entrevista com o General Santos Cruz

Programa Segurança & Cidadania Não perca!

Aos sábados, às 6h, na TV Gênese, com transmissão nacional. Também pela Net TV (24) e Oi TV (210)

No YouTube – Canal CNCG





A CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS MILITARES NO BRASIL

*POR CAPITÃO FRANCIS ALBERT COTTA

FOTOS: ACERVO DO AUTOR



*PÓS-DOCTOR EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA PELA UFGM, FRANCIS ALBERT COTTA É CAPITÃO DA PMMG, NEGOCIADOR DE CRISES E COMANDANTE DO ESQUADRÃO ANTIBOMBAS DO BOPE

MATRIZ PORTUGUESA

No pensamento social-político-teológico da sociedade portuguesa, matriz da estrutura brasileira, ao criar o mundo, Deus criara a ordem. E a ordem consistia justamente numa unidade simbiótica. A sociedade estaria organizada em partes, cada uma delas representando um órgão do corpo social. Dessa forma, a ordem sugeria a ideia de organização dos elementos de um conjunto ou de um sistema, o que lhe proporcionaria melhor funcionamento.

A primeira experiência tipicamente policial na América Portuguesa ocorreu nas terras que futuramente seriam conhecidas como Minas Gerais e se iniciou em 1719, com a chegada dos Dragões Del Rey. Os corpos militares responsáveis pela polícia no Brasil tiveram como base de atuação ações relacionadas à manutenção da ordem.

PELA PRIMEIRA VEZ, A IDEIA DOS CORPOS ESTADUAIS MILITARES

A Constituição de 1891 concedia aos Estados a liberdade de se armarem militarmente, por intermédio de suas forças policiais. Ao Presidente do Estado atribuía-se o direito de dispor da sua força militar de polícia para a manutenção da ordem. A Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908, em seu art. 32, trouxe pela primeira vez no período republicano a ideia dos "corpos estaduais organizados militarmente" tomados como "forças auxiliares" do Exército Nacional e passíveis de serem a ele incorporados.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A MANUTENÇÃO DA ORDEM

O processo histórico que culminou com o rompimento da monarquia e inaugurou a República no Brasil, em 1889, não rompeu o modelo centrado na manutenção da ordem e na matriz militar dos corpos responsáveis pela polícia. Tais afirmações estão presentes nas Constituições Brasileiras. O Decreto nº 1 da República, de 15 de novembro de 1889, diz:

Art. 5º - Os Governos dos Estados Federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros.

Art. 6º - Em qualquer dos Estados onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para com apoio da Força Pública assegurar o livre exercício dos cidadãos e a livre ação das autoridades (grifos nossos).



PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA - FRANÇOIS RENÉ MOREAUX

FORÇAS AUXILIARES DO EXÉRCITO

O texto constitucional de 1934 tornou as forças públicas dos Estados como "forças auxiliares do Exército Nacional". Pela primeira vez, uma Constituição trata especificamente da questão relativa às forças públicas estaduais e as situa no campo constitucional.

Diz o artigo 167: "As Polícias Militares são consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União".

A Constituição de 1946 confirma em seu artigo 183: "as polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército".

Diante do movimento político-militar de 1964 e da inserção da Doutrina de Segurança Nacional, os corpos militares de polícia foram instrumentalizados para atuar nas denominadas "medidas repressivas locais, de caráter policial".

A Constituição de 1967, em seu artigo 13, § 4º também confirmava as polícias militares como forças auxiliares reservas do Exército.

1964 E A MANUTENÇÃO DA ORDEM

A atividade policial focada na manutenção da ordem pública foi potencializada durante o governo dos militares, no período compreendido entre 1964 e 1985. Em 1967, o Exército Brasileiro criou a Inspetoria Geral das Polícias Militares, comandada por um General-de-Brigada, com as atribuições de controlar o recrutamento, treinamento, armamento e equipamentos das polícias militares.

No Decreto-Lei 317, de 13 de março de 1967, as polícias militares foram tratadas como instituídas para atuar, ora na manutenção da ordem pública (§ 4º do Artigo 13), ora na perturbação da ordem, inserida nos fundamentos da Defesa Interna.



1964 - MILITARES NAS RUAS

Em 1969, ocorreu uma reorganização das polícias militares e a elas caberia: "prevenir e reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares do Exército Brasileiro"; e atuar "de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas".

O Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), de 1983, conceitua ordem pública como sendo o

conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum (grifos nossos).

Para o R-200, a Manutenção da Ordem Pública é o "exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública" (grifos nossos).



FOTO: ASCOM - PMESP

POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, define no caput do artigo 144 que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio das polícias. Em seu § 5º, o art. 144 define como atribuição específica das polícias militares a "polícia ostensiva e a preservação da ordem pública".

Como se pode perceber, o foco na ideia de preservação e manutenção da ordem pública é recorrente em diversos dispositivos que definem a atribuição das polícias militares no Brasil. Outra permanência observada no processo histórico de constituição das polícias no Brasil é a dupla subordinação, semelhante ao que foi institucionalizado em Lisboa e mesmo no Rio de Janeiro, no início do século XIX: ao Exército cabem o "controle e a coordenação", enquanto as Secretarias de Segurança dos estados da Federação têm autoridade sobre sua "orientação e planejamento". ☺



Helbert Figueiró de Lourdes
Coronel PM – Comandante-
Geral da PMMG

“A atuação das Guardas Municipais deveria limitar-se à proteção de bens, serviços e instalações dos municípios e jamais poderia seu Estatuto transpor os limites dos princípios cravados na Constituição de 1988.”

Contato:
dco2@pmmg.mg.gov.br

AS GUARDAS MUNICIPAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, conforme preceitua o art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88). No momento em que vemos decretada uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro e o nascimento de um Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, o discurso da repartição de atribuições e deveres, bem como da responsabilidade compartilhada nos limites da CRFB/88, vêm à baila e ganha força.

A preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio consoante o atual sistema constitucional se dá através da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesse ínterim, exsurgem as Guardas Municipais, que não constam do rol dos órgãos elencados no Caput do art. 144 da CRFB/88, mas em seu § 8º figuram como alternativa local para muitas cidades que as constituem como organismos de segurança com limite territorial e competências limitadas.

O espectro de atuação das Guardas deveria limitar-se à proteção de bens, serviços e instalações dos municípios. Contudo, após grande mobilização dos seus integrantes, foi editada a Lei 13.022, de 08 de agosto de 2014, que contém o Estatuto das Guardas Municipais e se aventura em proteção dos direitos humanos fundamentais; preservação da vida e redução do sofrimento; patrulha-

mento preventivo; uso progressivo da força; prevenir e coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais; garantir o atendimento de ocorrências emergenciais; encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração.

Fica claro que tal Estatuto foi muito além do que prevê a CRFB/88, o que justifica a impetração da ADI 5156/2014, patrocinada pela Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME), com quem congregamos.

A iniciativa de criação das Guardas necessita de um olhar mais sério e cuidadoso, focado em uma perspectiva de competência e sustentabilidade desses organismos pseudo-policiais, sob pena de se constituírem em um problema estrutural de efeitos perversos. Somos partidários da cooperação entre os órgãos de segurança e apoiadores das Guardas, desde que nos limites de suas competências contempladas na Constituição.

Por fim, buscamos conjugar esforços em prol da segurança, desde que respeitada a segurança jurídica para que todo esforço não seja em vão e para que a colaboração das Guardas não seja frustrada pelo ímpeto de exercer poder de polícia. As PMs do Brasil estarão sempre dispostas a harmonizar esforços na formação, capacitação, aperfeiçoamento e integração das ações, tudo em nome da segurança pública do Brasil.✪



Segurança & Cidadania, um programa de bons debates!

Debates que buscam levar informação precisa, de qualidade, mostrando a verdade sobre as questões que envolvem a segurança pública e a paz social no Brasil.

Debates que contam com a opinião e a análise de profissionais que dominam o assunto, não apenas pelo conhecimento acadêmico, mas pela vivência diária.

Debates que podem mudar a sua vida.

Debates que você não pode perder!

Programa Segurança & Cidadania

Aos sábados, a partir das 6h, na Rede Gênese!
Pelo Youtube, no canal do CNCG.

Major Luiz
Fernando R. Aguiar

ARTE, CULTURA & LAZER



Fotos: Reprodução da Internet

Indicado a 6 Oscar, em 2017, o filme sagrou-se vencedor em duas categorias, melhor mixagem de som e melhor montagem.

Até o Último Homem

O filme épico do diretor Mel Gibson, mesmo diretor de “A Paixão de Cristo” e “Apocalypto”, mostra de forma impactante até onde um homem pode ir na defesa de seus valores, mesmo estando mergulhado no lamaçal de adversidades e violência que é o campo de batalha. Ao mesmo tempo, a batalha sangrenta entre o exército japonês e as forças americanas é uma metáfora clara da contraposição entre os valores da cultura judaico-cristã, em contraposição aos princípios civilizacionais do oriente. A película conta a história real do soldado Desmond Doss que sobreviveu a uma das mais sangrentas batalhas do front oriental, na Segunda Guerra, sem jamais tocar em uma arma. Mesmo mantendo seu comprometimento religioso pessoal, Doss sabia que o uso da força era inevitável em uma guerra e assumiu os riscos de estar em batalha sem portar nenhuma arma de fogo.

A carnificina da guerra é o cenário onde Doss fará seu exercício de fé. A princípio considerado covarde e inútil, o protagonista se apoia em um forte sentimento de propósito e na certeza de estar cumprindo seu papel, tanto como soldado, quanto como cristão.

Indicado a 6 Oscar, em 2017, o filme sagrou-se vencedor em duas categorias, melhor mixagem de som e melhor montagem. Para aqueles que, como o soldado Doss, dedicam suas vidas em uma guerra diária, o filme é uma emocionante e impactante oportunidade de refletir sobre o quanto abrimos mão de nossos valores mais caros e como podemos resgatar aquilo que nos é mais precioso.



Chuck Norris contra o comunismo

Documentário mostra o poder subversivo do cinema americano na ditadura socialista da Romênia

Alguns filmes trazem uma sensação de melancolia e liberdade nos fazendo acreditar que coisas simples podem resultar em transformações profundas. Esse é o caso do fantástico “Chuck Norris contra o Comunismo”. O documentário, dirigido por Ilinca Călugăreanu, mostra de forma leve e bem-humorada como o tráfico de filmes americanos, através de fitas VHS pirateadas, foi fundamental na queda do regime comunista de Nicolae Ceaușescu, na Romênia, no final da década de 80.



O documentário é recheado com os depoimentos das pessoas que viveram a época da repressão e que falam como os filmes de Hollywood modificaram seu modo de ver o mundo. Eram como uma janela para liberdade. Em cada VHS, os romenos, oprimidos pela vigilância constante da Stasi (polícia secreta), sem liberdade, com alimentos e bens racionados, podiam vislumbrar uma vida que, para eles, parecia “coisa de cinema”.

Uma peculiaridade sobre os filmes contrabandeados é que quase todos foram dublados por uma única pessoa, Irina Margareta Nistor. Ela trabalhava como tradutora de programas de TV na Romênia, mas, em seu tempo livre traduziu secretamente mais de 3 mil títulos. Sua voz era tão presente nos filmes que, quando outra pessoa fazia a dublagem, o público reclamava dizendo que o filme era “falso”.

Em um país totalitário e repressor, onde aparelho de vídeo cassete custava o mesmo que um carro zero, a TV estatal servia apenas como meio de divulgação da propaganda política do regime. Enquanto isso, os filmes proporcionavam entretenimento e diversão.

Ao assistir Chuck Norris contra o Comunismo podemos entender como uma coisa tão trivial, como assistir a filmes de Hollywood, significou a construção de um imaginário cheio de possibilidades, contaminando até aqueles que deveriam defender o regime opressor. Talvez seja por isso que os governos estejam tão ávidos para controlar, de qualquer maneira, os conteúdos produzidos e publicados na internet.

O documentário está disponível no Netflix. Vale a pena conferir.

Maquiavel ou A confusão Demoníaca

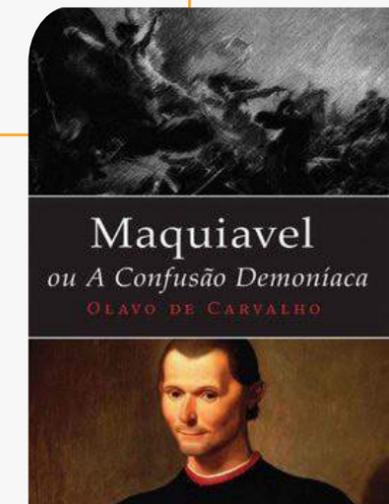
Livro do professor Olavo de Carvalho mostra as contradições da obra de Maquiavel

Maquiavel é reverenciado na cultura nacional como o construtor de um método infalível para alcançar e se manter no poder. Chamar alguém de maquiavélico no Brasil é misto de insulto e elogio, como se o nomeado tivesse encontrado um feitiço mágico que causa constrangimento ao usuário, mas traz os resultados esperados. No conciso e preciso “Maquiavel ou a Confusão Demoníaca”, o professor Olavo de Carvalho desmistifica a pretensa sabedoria estratégica do autor que nunca soube estar ao lado dos vencedores, tão pouco conseguiu alcançar o poder.

O livro passeia por uma pequena amostra da obra de Maquiavel revelando que o autor nunca foi uma unanimidade. Mesmo reconhecendo a intervenção do poder divino, que Maquiavel chama de Fortuna, ele parece parodiar os valores mais caros da moral cristã, que aparentemente despreza, planejando um comportamento violento e amoral do Príncipe. Ao mesmo tempo, não consta que o autor tenha adotado este tipo de comportamento, pelo contrário, sempre procurou servir aos poderosos sem nunca aplicar suas próprias técnicas.

Neste sentido, a leitura é instigante e desafia os conceitos construídos sobre a obra do autor que, textualmente, se admite confesso mentiroso: “Não creio em nada do que digo e não digo nada do que creio – e quando descubro algum miúdo fragmento da verdade, trato de escondê-lo sob tamanha montanha de mentiras, que se torna impossível encontrá-lo”.

Para todos que aprenderam, como eu, que Maquiavel é o grande mestre da política, este é um livro fundamental, que desbrava as contradições e incoerências entre a vida e a obra do autor. A obra é uma reflexão sobre como o próprio autor encarava sua obra e como em um ato final de sinceridade, em seu leito de morte, Maquiavel renega a Virtù e abraça a Fortuna, deixando o inferno para o Príncipe.





Lázaro Tavares Melo Silva

Major da PMMG e doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais.

“Interlocutor, timoneiro e defensor, o CNCG é a entidade de representação de mais de 600 mil militares oficiais e praças de todo o Brasil.”

1 – Art. 142, § 3º, X c/c Art. 42, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88.

Contato:
majorlazarotjm@gmail.com

CNCG, LEGÍTIMO REPRESENTANTE DAS CORPORAÇÕES MILITARES DO BRASIL

Em tempos de segurança pública como principal pauta política do Brasil, a despeito de serem a saúde e a educação, no imaginário popular, os referenciais de prioridade de cidadania, urge enaltecer o trabalho do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG PM/BM), presidido hoje, pelo coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

A constituição jurídica do CNCG, em estatuto, ocorreu em 12 de fevereiro de 1993, com atuação em três eixos fundamentais: 1) Participar da formulação, efetivação, acompanhamento e avaliação de políticas nacionais de segurança pública; 2) Promover a excelência das PMs e Bombeiros através da participação efetiva nas esferas do poder, bem como junto à comunidade; 3) Valorizar o policial e o bombeiro através da manutenção do sistema de prerrogativas, direitos e deveres, bem como de seu aprimoramento constante.

O primeiro eixo fundamental é chancelado pelo simples fato de o CNCG integrar o Conselho Nacional de Segurança Pública e ser constituído pelos mandatários maiores das corporações militares. No segundo eixo fundamental, o Conselho se revela o legítimo representante de mais de 600 mil militares dos estados e do Distrito Federal. A defesa local dos interesses da

classe dos militares tem revelado notável eficiência do Conselho verificada pelas inúmeras intervenções, sobretudo no âmbito do Congresso Nacional, no que concerne ao processo legislativo que ameaça direitos consagrados da classe dos militares da ativa e da reserva.

O terceiro eixo fundamental é baluarte da premissa de promover a excelência das corporações militares como fundamento da defesa incondicional do modelo concebido pela CRFB/88, que garante condições especiais de ingresso, carreira, direitos, passagem para a inatividade, típicos da classe dos militares do Brasil¹, com a inserção dos militares nas mais diversas searas da vida em cidadania, rechaçando toda e qualquer forma de discriminação da classe dos militares, o que reputamos tratar-se de militofobia indevida.

Reiteramos que o CNCG é, sim, entidade de representação de classe, com o diferencial de representar não somente uma, mas todas as classes de oficiais e praças. E acreditamos que a manutenção do sistema de prerrogativas, direitos e deveres dos mais de 600 mil militares estaduais do Brasil depende do esforço conjunto das representações da classe dos militares que, estrategicamente, têm no CNCG seu principal interlocutor, timoneiro e defensor para a manutenção de direitos e sobrevivência das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.✦

HONDA
The Power of Dreams

Y&R



Nova Honda CB 500X. Aqui são outros 500.



Trânsito seguro: eu faço a diferença.

*Garantia de três anos (incluindo o período legal) e serviço de assistência 24h para emergência válidos para o modelo CB 500X a partir do ano/modelo 2017/2017.



SE UM ACIDENTE ACONTECER, A EQUIPE ONSTAR LEVA A AJUDA ATÉ VOCÊ.

Caso surja algum imprevisto envolvendo seu Chevrolet, como a ativação do air bag, um atendente da equipe OnStar entrará em contato imediatamente para enviar ajuda. É a Resposta Automática de Acidentes OnStar entrando em ação para deixar você ainda mais seguro.

OnStar. Você nunca sabe quando pode precisar, mas estamos sempre prontos para ajudar.

Connected by 

FIND NEW ROADS™

chevrolet.com.br/onstar

CHEVROLET



Seja gentil. Seja o trânsito seguro.

Os serviços OnStar dependem da disponibilidade da rede celular compatível com a rede OnStar e da disponibilidade do sinal de GPS. Visite www.chevrolet.com.br/onstar para verificar a área de cobertura, limitações e os termos e condições de prestação dos serviços OnStar. Alguns dos recursos e as funções disponíveis podem depender de compatibilidade com o dispositivo smartphone. Os veículos Chevrolet estão em conformidade com o Proconve - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. Consulte condições: www.chevrolet.com.br. SAC: 0800 702 4200 - Ouvidoria GMAC: 0800 722 6022.

